

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL
GESTÃO DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Renata Souza Poubel de Paula

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM
ITAPERUNA: O CASO DO TERRITÓRIO JARDIM SURUBI

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Outubro de 2018

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL
GESTÃO DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Renata Souza Poubel de Paula

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM
ITAPERUNA: O CASO DO TERRITÓRIO JARDIM SURUBI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade
Cândido Mendes- Campos/RJ, para obtenção do grau de
MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES.

Orientadora: Prof^a. Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Outubro de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 025/2018

Paula, Renata Souza Poubel de.

Expansão urbana e segregação socioespacial em Itaperuna: o caso do território Jardim Surubi. / Renata Souza Poubel de Paula . – 2018.
103 f.; il.

Orientador: Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

Referências: f. 85-94.

1. Expansão urbana. 2. Segregação socioespacial. 3. Itaperuna. I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU – 711.4:728.1(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirólamo CRB 7ª-6723

RENATA SOUZA POUBEL DE PAULA

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ITAPERUNA: O CASO DO TERRITÓRIO JARDIM SURUBI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes- Campos/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em: 08 de Maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, DSc – Orientadora
Universidade Candido Mendes

Prof. Valdir Júnio dos Santos, DSc –
Universidade Candido Mendes

Prof^a Denise Cunha Tavares Terra, DSc
Universidade Estadual do Norte Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2018

AGRADECIMENTOS

O mestrado é um momento de muita superação. Foram muitas lutas ao longo desses últimos anos. Mas aqui não tem mais espaço para as dificuldades. Estas ficaram no passado. Quero compartilhar a minha profunda gratidão com todas as pessoas envolvidas nesse processo. Primeiramente, dedico essa vitória ao meu Deus, que cuida de mim, pois creio que Ele me sustentou e me trouxe até aqui. Pela fé pude avançar.

Ao Banco do Brasil, meus sinceros agradecimentos. Jamais me esquecerei o privilégio de ter sido contemplada com uma bolsa de Mestrado pelo programa de incentivo profissional desenvolvido pela UNIBB. À agência 0077-4, minha gratidão a todos os colegas e gerentes pelo incentivo e compreensão nos afastamentos do trabalho. Aprendi com vocês o que é meta, e hoje, depois de plantar boas sementes, já estou colhendo bons frutos. Aos grandes amigos, Ronaldo Esposti e Ítalo, muito obrigada pela torcida!

À minha família, agradeço pelo imensurável apoio. À minha mãe, agradeço por ser meu suporte, meu ponto de equilíbrio. E por estar sempre por perto, ciente de cada fase, me ajudando, aconselhando, ou simplesmente me ouvindo. Principalmente, por dedicar o seu amor ao meu bem mais precioso, minha filha Amanda, nos momentos da minha ausência. Você foi meu colo e meu carinho nos dias de intensa dedicação ao mestrado. Pai, obrigada pelo encorajamento e pelo exemplo de como é enobrecedor trabalhar e seguir em frente.

Ao meu amado esposo, Clério Júnior, por viver junto comigo esse sonho. Tê-lo em minha vida é uma alegria. Descubro a cada dia como é bom crescer e amadurecer ao seu lado. E juntos, na mesma visão, somos mais que vencedores!

À minha filha, Amanda, dedico essa vitória. Sempre lutarei por você. Assim como eu estou realizando esse sonho, espero que um dia você possa também ter o privilégio de realizar os seus. Te amo!

À querida professora e orientadora, Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, por ter me ajudado e transmitido tanta calma nessa caminhada. Obrigada por ter dividido comigo o seu tempo e conhecimento. Obrigada pelo carinho!

À Banca Examinadora, composta pelos professores Valdir Santos e Denise Terra, obrigada pela disponibilidade e atenção. Tê-los comigo nesse momento de conclusão é uma honra.

Aos colegas do Mestrado e Doutorado, obrigada pela convivência e pelos momentos vividos na UCAM. Em especial, ao Mestre Shimoda e aos colegas do Doutorado, Fábio e Paulo Jonas, obrigada pela parceria na produção dos artigos e trabalhos acadêmicos.

A todos os mestres do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades e a Universidade Cândido Mendes em Campos dos Goytacazes, o meu muito obrigada!

Aos livros, obrigada pela companhia.

Nosso coração transborda de gratidão, espanto, pressentimento, expectativa – enfim o horizonte nos parece novamente livre, embora não esteja limpo, enfim os nossos barcos podem novamente zarpar ao encontro de todo perigo, novamente é permitida toda ousadia de quem busca o conhecimento, o mar, o nosso mar, está novamente aberto, e provavelmente nunca houve tanto ‘mar aberto’.

Nietzsche (2004, p. 234)

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”

Lefebvre (2008).

RESUMO

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ITAPERUNA: O CASO DO TERRITÓRIO JARDIM SURUBI

O presente estudo visa analisar a expansão do espaço urbano da cidade de Itaperuna/RJ nas últimas décadas e as diferenças na utilização deste território. Estudos recentes consideram a aplicação de “insights” comportamentais às políticas públicas, e ganham relevância internacional, inclusive da ONU, para adequar os programas sociais à realidade da comunidade. Diante disso, foi realizada pesquisa no território Jardim Surubi, bairro estigmatizado pela pobreza e violência, localizado na periferia e divisa com área nobre em crescimento. A proposta inclui uma análise teórica com levantamento bibliográfico de conceitos sobre segregação socioespacial, expansão urbana e crescimento das periferias. Imprescindível uma abordagem histórica da cidade de Itaperuna para compreensão da produção do seu espaço urbano atual. O trabalho *in loco* com coleta de dados, fotografias e entrevistas é fundamental para confirmar a diferenciação socioespacial. Além da análise teórica, documental e descritiva, foram realizadas entrevistas com atores municipais administrativos e sujeitos sociais que compõem a morfologia urbana. Como resultado, é possível observar no recorte espacial indícios de algumas características fundamentais do processo de segregação e sociabilidade violenta, sendo a produção desse espaço influenciada por políticas clientelistas, que redesenham os investimentos públicos de acordo com interesses particulares e imobiliários.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação Socioespacial. Periferia. Políticas Públicas.

ABSTRACT

URBAN EXPANSION AND SOCIOESPACIAL SEGREGATION IN ITAPERUNA: THE CASE OF THE STIGMATIZED TERRITORY JARDIM SURUBI

The present study aims to analyze the expansion of the urban space of the city of Itaperuna / RJ in the last decades and the differences in the use of this territory. Recent studies consider the application of behavioral insights to public policies, and gain international relevance, including the UN, to adapt social programs to the reality of the community. Faced with this, research was carried out in the territory of Jardim Surubi, a neighborhood stigmatized by poverty and violence, located on the periphery and border with a growing noble area. The proposal includes a theoretical analysis with a bibliographical survey of concepts about socio-spatial segregation, urban expansion and peripheral growth. It is essential to approach the historical city of Itaperuna to understand the production of its current urban space. The on-site work with data collection, photographs and interviews is fundamental to confirm the socio-spatial differentiation. In addition to the theoretical, documentary and descriptive analysis, interviews were conducted with municipal administrative actors and social subjects that compose the urban morphology. As a result, we find evidence in the spatial clipping of some fundamental characteristics of the process of segregation and violent sociability, the production of this space being influenced by clientelistic policies that redirect public investments according to private interests and real estate.

KEYWORDS: Socioespacial Segregation. Periphery. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Itaperuna, RJ, com delimitação do bairro Surubi: Mapa. Imagem Via Satélite	16
Figura 2	Divisão Territorial do Município de Itaperuna.	50
Figura 3	Índice de Desenvolvimento Humano de Itaperuna (IDHM).	55
Figura 4	Mapa de Surubi (Demarcado).	58
Figura 5	Mapa de Surubi (Demarcado): Imagem Via Satélite.	58
Figura 6	Surubi: área atual.	59
Figura 7	Surubi: Projeto de Revisão do PDPI	59
Figura 8	Vista do Bairro Surubi	67
Figura 9	Morador consertando buracos na rua	68
Figura 10	Fachada da Casa na “Favelinha do Cláudio”.	73
Figura 11	Esgoto Próximo as Casas.	73
Figura 12	Surubi (em cor vermelha) Versus Condomínio (em cor azul).	74
Figura 13	Anúncio do Condomínio Bela Aurora em Itaperuna.	74
Figura 14	Vista Surubi no final da rua de terra Versus Condomínio Bela Aurora.	75
Figura 15	Pavimentação (1)	78
Figura 16	Pavimentação (2)	78
Figura 17	Rua sem Calçamento no Bairro Surubi.	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perfil 1: Profissionais não Moradores.	65
Quadro 2	Perfil 2: Profissionais Moradores.	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

PPA – Plano Plurianual

PPA-P – Plano Plurianual Participativo

CF – Constituição Federal de 1988

MCidades – Ministério das Cidades

UBS – Unidade Básica de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PDPI – Plano Diretor Participativo de Itaperuna

ACS – Agente Comunitária de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTO	13
1.2	METODOLOGIA	19
1.3	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	21
2	EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	23
2.1	CONCEITO DE EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	25
2.2	OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER	32
2.2.1	Especulação Imobiliária: indutora da expansão e segregação urbana	36
2.2.2	A vulnerabilidade e invisibilidade da periferia	39
3	O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ITAPERUNA	41
3.1	A CIDADE DO CAFÉ	41
3.2	O ÊXODO RURAL E A EXPANSÃO DA ZONA URBANA	46
3.3	CARACTERÍSTICAS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ITAPERUNA	49
3.4	ITAPERUNA E O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	56
4	PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS COM MORADORES	61
4.1	PERCEPÇÕES SOBRE O MORADOR	66
4.2	A IMAGEM DO BAIRRO	70
4.3	A MORADIA	72
4.4	ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS: LUZ	74
4.5	A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	ANEXO A: ROTEIRO DA ENTREVISTA	95
	ANEXO B: DIVISÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	98
	ANEXO C: MAPA SEDE: ITAPERUNA	100
	ANEXO D: BAIRROS DA ÁRE URBANA DA SEDE MUNICIPAL: ITAPERUNA	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

O presente estudo visa analisar a expansão urbana da cidade de Itaperuna/RJ nas últimas décadas, considerando o processo de sua formação e a criação de áreas periféricas. A organização da cidade é influenciada pela vontade do homem, ao criar espaços mais uniformizados para atender as funcionalidades de vida coletiva de determinada classe. O urbanismo organiza o território, mas também afirma diferenças de acordo com sua distribuição desigual. Fenômenos como a especulação imobiliária são produtos dessa urbanização e que pressupõe uma produção do espaço de acordo com interesses particulares.

A Política também é um fator que determina o desenvolvimento ao favorecer áreas com destinação de recursos e equipamentos públicos. São vários instrumentos de poder, manipulação e apropriação que giram em torno da nossa civilização contemporânea, e que contribuem para a perpetuação da condição de segregação socioespacial. (MARICATO, 2001).

A cidade é uma expressão do modo capitalista de produção, de uma vida econômica definida em escalas, que gera desigualdades e cria hierarquias urbanas, devido a uma gestão inoperante. (HARVEY, 2005). Problemas urbanos estão ligados às necessidades individuais e coletivas que não foram supridas. Atenuar as consequências do crescimento desordenado, com periferias carentes é um desafio que precisa de planejamento e investimento. O destaque deste trabalho versará sobre as mazelas sociais que acometem determinadas áreas em Itaperuna, consequência de uma expansão urbana desigual. Vale dizer que esse não é apenas

um problema específico de uma cidade ou região, pelo contrário, é uma realidade das cidades brasileiras.

Ao estudar o processo de formação da cidade de Itaperuna, é possível identificar uma valorização das áreas centrais, que atraíram maiores instalações de equipamentos comunitários e urbanos, tais como educação, lazer, segurança, vias de circulação, enquanto outros se desenvolveram sem planejamento e com menos infraestrutura básica¹, como iluminação, pavimentação e abastecimento de água potável. Assim, alguns bairros de Itaperuna apresentam realidades diferenciadas, com alto padrão de moradias, um nível educacional maior de seus moradores, poder aquisitivo e rendas elevadas, em contraste com outras áreas cujas diferenças vão além das desigualdades. Esta realidade não é típica apenas de Itaperuna, pois as cidades brasileiras carregam uma herança pesada, desigualdades geradas por um Estado patrimonialista e à universalização da “política de favor”. (MARICATO, 2013, p.20). Bairros do subúrbio apresentam dificuldade de ter acesso à cidade, porque foram erguidos em áreas invadidas ou por loteamentos ilegais. Logo, são excluídos da cidade legal e apresentam maior vulnerabilidade.

A segregação urbana é uma das faces mais importantes da exclusão social. Ela não é um simples reflexo, mas também motor indutor da desigualdade. A dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2001, p.1)

O recorte do trabalho terá ênfase no bairro Jardim Surubi, território marcado pela pobreza e violência, localizado na periferia, através de uma análise da produção desse espaço. Além disto, é preciso salientar que seus bairros vizinhos, a Cidade Nova e Presidente Costa e Silva, possuem grande valorização em virtude da

¹ Infraestrutura básica é uma definição estabelecida na Lei nº 404/2007 – Lei de parcelamento do solo urbano de Itaperuna/RJ, em seu artigo 6º, página 5. Compreende o conjunto de equipamentos urbanos relacionados a escoamento das águas pluviais; iluminação pública; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável; energia elétrica; vias de circulação, pavimentadas ou não.

expansão e especulação imobiliária². Neste contexto, são muitos os desafios para o desenvolvimento e inclusão do Jardim Surubi, frente a este processo de expansão e especulação urbana vizinha, bem como no acesso a equipamentos urbanos e serviços públicos, na promoção da saúde, educação e políticas públicas. Para os moradores que ali residem, restam uma força de trabalho barata e excluída das melhores oportunidades da cidade.

Escolher essa região supracitada para minha pesquisa ocorreu por dois motivos ligados à minha formação. O primeiro, porque foi nesse território que eu conheci a sala de aula, matriculada na única escola do Jardim Surubi para acompanhar e facilitar o trabalho da minha mãe como professora da rede pública. Neste espaço convivi com crianças do bairro e pude perceber algumas dificuldades inerentes ao local. Recentemente, retornei a esse espaço, por meio de trabalho realizado no curso de Medicina, iniciando visitas ao território e micro áreas abrangidas pela Unidade Básica de Saúde Jardim Surubi para estudo da disciplina Saúde e Sociedade, com a proposta de entender as problemáticas sociais que assolam e agravam a saúde dessa população, o que me possibilitou mergulhar de fato na pesquisa de campo recordando que passados 27 anos as dificuldades do local ainda são latentes. Assim, o território Jardim Surubi se tornou o grande desafio, motivação para esta pesquisa, realizada com muita atenção, colocando em prática o aprendizado do curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.

² No artigo “Evolução Territorial de Itaperuna (RJ): da Formação da Cidade à Centralidade Regional”, por Arthur Rodrigues, encontra-se o mapa da periodização da produção do seu espaço urbano, realizado por um levantamento planialtimétrico, com informações sobre aprovações dos loteamentos da Cidade Nova, Surubi, Presidente Costa e Silva e João Bedim.

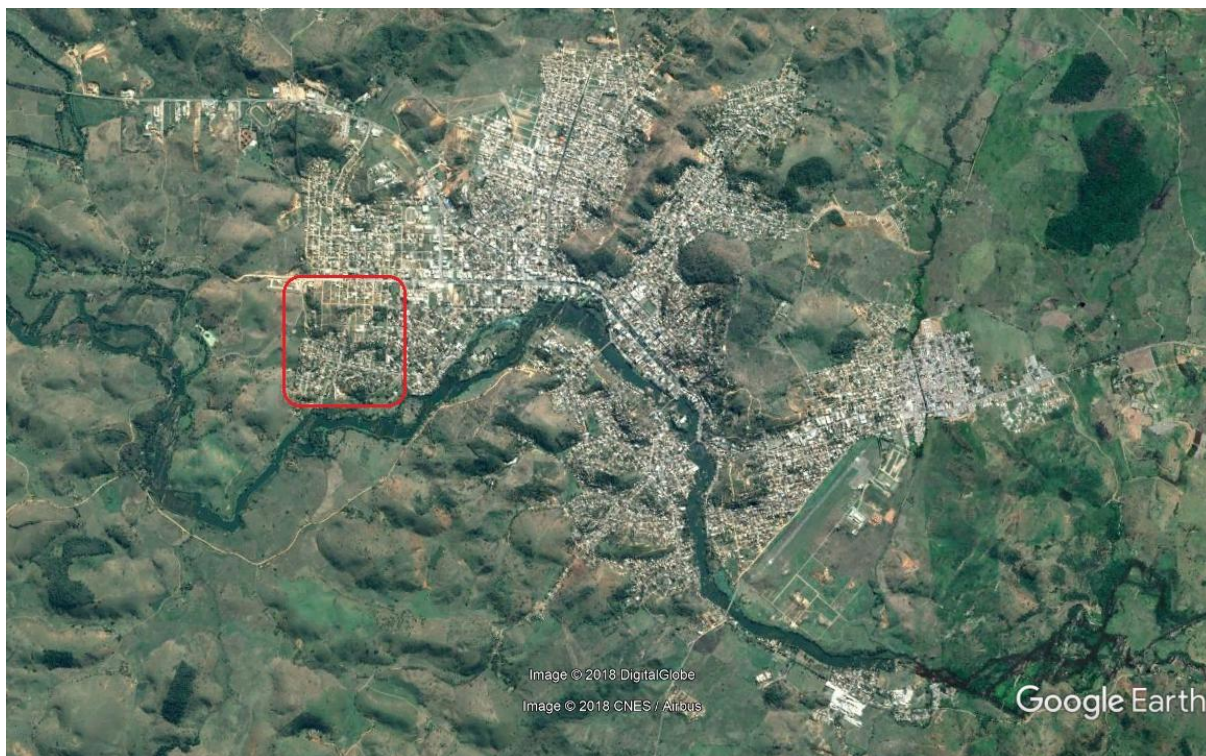


Figura 1. Itaperuna/RJ, com delimitação do bairro SURUBI – Mapa – Imagem via Satélite
Fonte: Google Maps (2018).

Entender a dinâmica da cidade de Itaperuna/ RJ, o crescimento urbano e o mercado imobiliário altamente especulativo, que fragmenta e divide em escalas a cidade, com áreas legais e ilegais é um desafio. A periferia avança cada vez mais para áreas afastadas. O território do Jardim Surubi é um exemplo de bairro localizado na periferia e que cresce para áreas mais afastadas e sem estrutura. Ao mesmo tempo a Cidade Nova e o bairro Presidente Costa e Silva se expandem e atraem pesados investimentos em infraestrutura urbana, levando a uma diferenciação nas construções e edificações, com casas de alto padrão e supervalorização imobiliária. Pode-se visualizar um novo tipo de padronização de casas, com telhados brancos, muros e fachadas de vidros, projetos que representam uma nova concepção de vida ligados à sofisticação arquitetônica e ao elevado poder aquisitivo da população.

A naturalização dessas diferenças é um fator que tende a se perpetuar, pois a população mais carente se acostuma com a falta de recursos e a população mais privilegiada não percebe esse fenômeno. Bourdieu (1996) explica que nesse espaço

habitado o poder é exercido e afirmado como uma forma de *violência simbólica*³, ou seja, uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer (BOURDIEU, 1996, apud SANTOS, 2015, p.183-190). Essa violência é desapercibida dentro de um contexto que naturaliza a hierarquização e as distâncias sociais, discussão que será tratada nessa pesquisa.

Este processo de periferização e crescimento das favelas não é mais um fenômeno único das áreas metropolitanas. Cidades de médio porte – tal qual Itaperuna - enfrentam sérios problemas fundiários e imobiliários, devido a uma expansão irregular em áreas de riscos, sem infraestrutura com péssimas condições de moradia.

Ao analisar a demografia⁴ de Itaperuna no período compreendido entre 2000 e 2010, constata-se o crescimento de sua população a uma taxa média anual de 1,01%. Comparando-se com a taxa de crescimento do Brasil, que foi de 1,17%, é possível concluir que o município ficou bem próximo da média no país, conforme o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Considerando a taxa de urbanização, nesse mesmo período citado anteriormente, Itaperuna apresentou um aumento de 89,23% para 92,20%. Nas últimas décadas, a expansão urbana e decorrentes transformações ocorridas no território aprofundaram problemas ligados a urbanização, o que fez crescer a importância do papel das políticas públicas para direcionar ações que busquem dirimir essas questões. Itaperuna apresenta crescimento e em contrapartida, índices elevados de pobreza, assim dispostos no Mapa da Pobreza dos Municípios Brasileiros.⁵ Um exemplo é o Índice de Gini⁶ em

³ Pierre Bordieu, sociólogo francês, “concebe a sociedade como formada por grandes conjuntos, os quais são modificados por grupos, classes e categorias sociais; e a sociedade, por sua vez, também modifica a estes agentes sociais”. Situado numa sociologia contemporânea, dos campos, dos diferentes capitais e do habitus, o autor aborda uma forma de violência exercida por uma imposição determinada, que pode ser econômica, social ou simbólica. Essa violência exercida não se refere a uma violência física, mas num reconhecimento de legitimidade do discurso dominante. (SANTOS, 2015, p.183).

⁴ De acordo com o Estudo Socioeconômico de 2013 feito pelo TCE/RJ, Itaperuna tinha uma população de 95.841 habitantes, informações obtidas no censo 2010 e que corresponde a 30,2% do contingente da Região Noroeste Fluminense.

⁵ Mapa da Pobreza, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>.

⁶ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Itaperuna que é de 0,45 considerado um dos mais altos dentre os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Censo Demográfico de 2000, em Itaperuna existem “bolsões de pobreza”, termo mais apropriado para a realidade da cidade, uma vez que em Itaperuna não existem favelas. Nesse sentido, é imprescindível conciliar a ação do governo com a participação da população a fim de criar programas que se desdobrem em objetivos e iniciativas eficazes para a formulação das políticas públicas, inclusive na área da saúde. As etapas de elaboração, avaliação e revisão são fundamentais para uma boa gestão, assim como a construção coletiva e compartilhada que visem garantir que as propostas espelhem a diversidade territorial, respeitando as diferenças sociais, étnicas e geracionais.

Em vista dos argumentos apresentados, vale citar alguns elementos considerados pela ONU na formulação de políticas de superação de pobreza, como a aplicação de “*insights*” comportamentais, que significa considerar o contexto, os hábitos e experiências das pessoas que vivem em situação de pobreza, para que a política obtenha melhor rendimento com o mínimo de erros. É preciso entender como é o cotidiano das famílias que vivem em áreas carentes. Para Campos Filho e Paiva (2017), devido a relevância internacional do tema, países têm adotado em suas agendas *insights comportamentais* para aprimoramento dos programas sociais na busca de eficiência quanto a sua aplicação. Dessa forma, buscar compreender o ser humano e o seu modo de vida e condições de habitação e trabalho, aproxima a realidade deste às formulações teóricas de programas. Sobre o caso concreto do bairro Surubi, será reservado um capítulo para tratar do assunto.

A luta contra a pobreza se beneficiaria de soluções para problemas concretos enfrentados pelos mais pobres, avaliadas no contexto da vida real das pessoas. Os pobres estão sujeitos a preocupações que não afetam a vida dos afluentes (como a qualidade da água ou o acesso cotidiano à alimentação, por exemplo). Esse fato sobrecarrega seu sistema cognitivo e limita o processamento de informação potencialmente relevante de programas que poderiam melhorar sua vida. A estratégia de comunicação e a arquitetura de escolha dos programas sociais precisa levar isso em consideração, facilitando a tomada de decisões, por parte de potenciais beneficiários. (CAMPOS FILHO; PAIVA, 2017).

Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda.

Neste sentido, esta pesquisa propõe entender o processo de segregação socioespacial vivenciado nas últimas décadas na cidade de Itaperuna – tendo como objeto de estudo a realidade das famílias do Bairro Jardim Surubi, espaço marcado por diversas dificuldades de acesso a equipamentos e serviços públicos. Para compreender o cotidiano dessa população mais carente, através da observação das necessidades do bairro é preciso ir até esse território, conversar com esses moradores a fim de pesquisar como está sendo a ação da municipalidade frente a este processo.

1.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada será baseada em uma pesquisa qualitativa, que surgiu através da Escola de Chicago, que foi criada em 1882, sendo que em 1910 o departamento de sociologia e antropologia tornou-se referência em pesquisas sociológicas nos EUA, pois o interesse em direcionar pesquisas que pudessem ajudar a solucionar os conflitos urbanos, principalmente os existentes na cidade de Chicago levou ao desenvolvimento de métodos originais de pesquisa. A cidade foi considerada um laboratório de pesquisas sociológicas por excelência. (GOLDENBERG, 1997). Será realizado uma análise teórica com levantamento bibliográfico de conceitos sobre segregação socioespacial. Esse trabalho inicia-se de uma observação do cotidiano da cidade de Itaperuna da produção do seu espaço urbano atual. A inquietação sobre a vulnerabilidade e invisibilidade que cobre pessoas em áreas da periferia segregada são questionamentos que serão tratados nesse estudo.

O trabalho *in loco* com coleta de dados, fotografias e entrevistas é fundamental para o desenho desta realidade. Além da análise teórica, documental e descritiva, foram realizadas entrevistas com Agentes Municipais ligados ao Planejamento Urbano, Agentes Comunitários de Saúde e Profissionais do setor financeiro e imobiliário, no intuito de entender a sistemática da aplicação de recursos, da reivindicação de melhorias e sobre o comportamento e o modo de viver nessa comunidade.

No bairro Jardim Surubi, realizamos visitas de campo e entrevistas com moradores, iniciando a partir da UBS local. Por meio deste espaço iniciamos as

entrevistas utilizando a técnica de *Bola de Neve* na qual os entrevistados iniciais indicaram novos participantes para uma futura conversa a ser realizada.

Assim, baseados nesses questionamentos e na observação dessa realidade, destacam-se os seguintes pressupostos:

(I). Após uma análise dos últimos trinta anos, Itaperuna cresceu e se desenvolveu, inclusive o próprio bairro Surubi. Entretanto, encontramos no local uma série de problemas que continuam a existir, como a falta de infraestrutura urbana que indica um processo de segregação socioespacial.

(II). O poder público (Estado e Município) não tem políticas efetivas para combater um possível processo de segregação socioespacial, pelo contrário, utilizam-se dos recursos disponíveis para privilegiar determinados agentes sociais, além das práticas políticas clientelistas.

A primeira etapa desse trabalho correspondeu a uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos e autores no campo da segregação socioespacial. A partir desse suporte teórico, partiremos para uma pesquisa de campo baseada na técnica Bola de neve (Snowball), que consiste numa investigação não-probabilística⁷, que não visa uma generalização, mas sim uma investigação social que permite a indicação de novos participantes a partir das entrevistas iniciais, que vão completando uma cadeia de indicação até chegar no objetivo pretendido. Essa metodologia é baseada numa abordagem em redes mais complexas, de difícil acesso ou em áreas de risco ou conflito pela violência urbana. Os sujeitos iniciais são selecionados intencionalmente tanto pelo conhecimento do assunto como pela vivência ou liderança dentro desse contexto.

O interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como intérprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que priorizam os pontos de vista dos indivíduos. O propósito destes métodos é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social. Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos veem este mundo, o meio mais adequado para captar a realidade é aquele que

⁷ O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. (VINUTO, 2014, p. 203).

propicia ao pesquisador ver o mundo através "dos olhos dos pesquisados". (GOLDENBERG, 1997, p. 27).

Para Gerhardt (2009, p. 32), "a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais". Nesse mesmo sentido, Goldenberg (1997, p. 16), afirma que "pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza". Portanto, os conhecimentos não precisam ser quantificados para se tornarem gerais. O mais precioso é observar a especificidade do caso.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O capítulo 1 apresenta a introdução na qual foram tratadas a problemática, objetivos e percurso da dissertação.

No capítulo 2, serão levantadas as possíveis causas de segregação socioespacial discutidas atualmente pelos autores mais consagrados no tema, partindo do pressuposto do modo de produção e acumulação capitalista e da produção e reprodução de desigualdades e diferenças econômicas geradas por ela. A urbanização perpetua modelos de segregação, considerando a divisão social e territorial do trabalho, consequências das articulações entre escalas. A especulação imobiliária é um dos problemas que gera distanciamento físico e simbólico entre as pessoas. Essa condição cria espaços fragmentados e fragilizados, sem estrutura para reivindicação de direitos.

O capítulo 3 irá abordar do processo histórico da formação da Cidade de Itaperuna, um dos treze municípios que compõem o Noroeste Fluminense, que forma uma das seis Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro. A cidade já foi a maior produtora de café do Brasil, possuindo grandes fazendas, o que levou o domínio das atividades agrícolas por muitos anos. Mas antes disso, vale ressaltar que a região foi ocupada a partir do século XIX e delimitada pela Capitania de São Tomé. A elite rural exerceu influência na política para favorecer seus interesses econômicos. A morfologia urbana da cidade ocorreu seguindo o modelo do período colonial, acompanhando a linha de trem, a igreja principal e a Prefeitura Municipal, a

partir do período republicano. Essa organização reflete o domínio da política e da religião. Os pobres não tiveram uma alternativa a não ser migrar para as áreas afastadas do centro, iniciando um processo de segregação socioespacial. Com a crise do café e o desenvolvimento industrial, Itaperuna passa por modificações e assim como em todo o país, o êxodo rural se tornou um fenômeno para a expansão urbana e o crescimento da periferia.

O capítulo 4 abordará o processo de segregação sócio espacial em Itaperuna, fazendo uma análise da legislação municipal e a questão de aplicação de políticas públicas nas áreas mais carentes. Será realizado um estudo do caso do território Jardim Surubi, através de sua formação histórica, abordando os principais agentes municipais envolvidos com o planejamento da cidade, assim como entrevistas com moradores do bairro, profissionais de saúde e agentes comunitários de saúde - ACS. Busca-se uma aproximação da realidade das condições de vida no local.

Nas Considerações Finais, serão apresentados os resultados desse estudo à luz da teoria abordada sobre expansão e segregação urbana, e como se reproduz a imagem do território Jardim Surubi, como território identificado pela pobreza, abandono e violência. Como ser morador nesse espaço, como sobreviver nele e como lidar com a questão de pertencimento a classe pobre e perigosa, que vive na marginalização de uma cidade em crescimento e desenvolvimento, circunstâncias criadas perante ausência do Estado. O Direito à Cidade, afinal, pertence a todos.

2 EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Neste capítulo serão abordados conceitos teóricos da segregação socioespacial e expansão urbana, agentes produtores do espaço urbano, especulação imobiliária e a questão da vulnerabilidade e invisibilidade da periferia.

Fundamental para essa discussão são as concepções de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, à vida urbana e as condições de realização da democracia. As relações sociais e de poder que constituem a sociedade são forças que de acordo com Lefebvre “pressupõe encontros, confrontos, das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade”. (LEFEBVRE, 1991, p.15)

A sociedade urbana é composta por diferentes classes sociais, que são distinguidas por vários fatores, dentre eles, a renda. Essa distinção é consequência do sistema capitalista de acumulação de riquezas e da reprodução do espaço, que produziu um mundo globalizado e desigual. A teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (HARVEY, 2004) contribui para explicar a noção de diferenciação socioespacial. Harvey afirma que na sociedade de classes existem diferenciações a partir do lugar ocupado por seus membros.

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais [...] inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida sociológicos. [...] Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão

sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por processos político-econômicos e sócios ecológicos que ocorrem no momento presente. [...] Mas os processos de diferenciação são tão ecológicos e sociais quanto puramente econômicos. [...] Essas mudanças tornaram-se entanto, em épocas recentes, mais voláteis, em parte porque ocorreram mudanças qualitativas no âmbito do próprio processo de globalização. [...] A concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão destes dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. (HARVEY, 2004, p. 110-112).

No Brasil, a disparidade de renda é muito grande. Vivemos numa sociedade marcada por uma minoria rica que concentra a maior parte da renda em seu poder, enquanto a grande maioria da população enfrenta a pobreza⁸. Para Felacio (2013, p.83) “a estratificação social e a diferenciação da renda podem ser vistas na cidade através da segregação socioespacial no espaço urbano”.

A cidade impõe uma divisão social e espacial do trabalho, e isso leva ao afastamento do proletariado para a periferia, obrigando-o a instalar-se em locais com bem menos infraestrutura e com menor custo de vida. Nota-se que o impulso demográfico que gerou uma expansão urbana sem planejamento vem acompanhado por uma desigualdade concreta, pois percebe-se que a urbanização está voltada para o mercado, ou seja, para gerar lucros. De acordo com Carlos (2011):

A redução do humano e da vida na cidade ao mundo da mercadoria, que produz a “cidade como negócio” (o crescimento como estratégia da reprodução espacial) e de outro, mas a ela associado, o planejamento do espaço sob a lógica do econômico posto que a condição do lugar na sua inserção à lógica global, produtora (também ela) de diferenciações, aprofunda a contradição entre espaços integrados/desintegrados à globalização, também traduzida pela contradição centro-periferia, como apontada por Soja (1993). Portanto a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas. (p. 49).

A urbanização é transformada numa moeda para ser negociada no mercado imobiliário. As benfeitorias agregadas ao solo ao serem construídas pelo homem servem para afirmar as disparidades dentro da sociedade. A desigualdade atravessa décadas e décadas e resiste às mudanças do país. O Brasil não sofre pela escassez

⁸ Em 1999, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Mais de 22 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres de acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2001).

de recursos, pelo contrário, eles são usados como estratégia para concentrar mais ainda as riquezas.

A recuperação do histórico é fundamental para entender a cidade de hoje e avaliar como houve algumas transformações radicais nos últimos anos. O mapeamento destas informações e das observações feitas permite uma visão de como está sendo utilizado o nosso espaço urbano, tanto no que diz respeito a diferentes formas de uso do solo, como, sobretudo, a maneira como os seus habitantes, de acordo com suas condições de classe social, utilizam este espaço e têm acesso às benfeitorias construídas pelo trabalho social acumulado durante anos. (SPOSITO, 2000).

O espaço urbano atual está estruturado pelo modo de produção e acumulação capitalista e pelo acesso desigual das classes no uso desse solo. Para Carlos (2011), o uso desse espaço provoca conflitos e reivindicações. A autora afirma que a escala do habitar traz uma determinação negativa pelas apropriações diferenciadas que aprofunda as diferenças.

A cidade era a própria desordem, e já na primeira metade do século XIX percebia-se a quebra de uma certa homogeneidade do seu padrão arquitetônico, e o fim da cidade como ambiente comum. O desenvolvimento capitalista e os inúmeros "problemas" urbanos advindos da rápida industrialização incentivaram o comportamento individual e a separação espacial das classes sociais dentro da cidade: os bairros de pobres, os bairros de ricos... Ter uma residência individualizada cercada de espaços era sinal de prestígio social, só possível para os mais ricos. (SPÓSITO, 2000)

No transcorrer deste capítulo, analisaremos a construção de territorialidades dentro da cidade, abordando as premissas de dominação, exclusão e reprodução da vida nesse espaço.

2.1 CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A hipótese dessa dissertação sobre segregação socioespacial em Itaperuna, ao ser colocado como objeto central dessa discussão, merece uma abordagem teórica e conceitual de importantes autores na área.

A origem da expressão “segregação urbana” surgiu devido às pesquisas empíricas do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago⁹, entre os anos 1930 a 1940, que versaram sobre sociologia urbana, relações sociais, críticas a cidade e outros. Mais de cinquenta teses abordaram a questão da segregação urbana da cidade naquele período, através de uma observação da paisagem desta e da distribuição das classes sociais conforme a renda. O caos de Chicago foi propício para um diagnóstico dos problemas provocados pela industrialização e urbanização, como crescimento demográfico, moradias precárias, violência, desemprego, miséria, fome, conflitos raciais e também ligados a imigração.

Robert Erza Park¹⁰ foi considerado um dos principais pesquisadores da Escola de Chicago. O autor realizou estudos sobre segregação, controle social, distribuição da população e desorganização social no espaço urbano. Aproximar-se da realidade e do contexto das comunidades marginalizadas seria a forma mais fiel para compreender a sociedade humana, segundo Park. Assim, a cidade era vista como um “laboratório” para a investigação da vida social. (BECKER, 1996).

Ao analisar o contexto histórico da cidade de Chicago nesse período, percebia-se uma grande expansão urbana devido a chegada intensa de imigrantes que vinham de outros Estados e Países. Dentre eles, haviam muitos negros migrando em busca de trabalho. Imigrantes irlandeses, suecos, alemães e judeus chegavam em grupos e em períodos diferentes, mas logo se instalavam em locais distintos conforme a sua etnia. As condições de vida nesse espaço urbano começaram a despertar questionamentos e pesquisas foram feitas para acompanhar esse fenômeno.

Fundado por Albion Small, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago tem um início em um contexto histórico único: Chicago era uma efervescência urbana em formação, uma metrópole com ares progressistas no meio oeste longe do tradicionalismo das cátedras da costa leste e que concentrava, já em 1900, um grande número de imigrantes estrangeiros, cerca de 50% dos 1.700.000 habitantes e forte presença de negros vindos do sul, cerca de 7% da população em 1930, em busca por trabalho e oportunidades. A relevância deste cenário se justifica para desenhar a realidade de problemas sociais enfrentados pela cidade, tais como pobreza,

⁹ A Escola de Chicago foi fundada em 1895, através de uma doação do empresário John D. Rockefeller.

¹⁰ Park é considerado o principal expoente da Escola de Ecologia Humana de Chicago, cuja base era o Darwinismo Social. Essa escola estudava a imigração e a formação de guetos. (NEGRI, 2008, p.132)

violência, agitação operária e, no geral, delinquências dos “desencaminhados”, segundo anotou Mário Eufrásio (1955, p.3). Preocupada com esta realidade de “desordem” e ameaça à estabilidade, a elite econômica de Chicago, com forte influência religiosa protestante, iniciou um trabalho de financiamento cultural através do assistencialismo e de reforma social que muito se valiam de “técnicas missionárias [...] para melhorar o quinhão dos pobres [...] emergindo dessa luta [...] as casas de assistência social local”. (COLÓ, 2011).

A ideia de “cidades dentro de cidade” surge devido à repartição da população em áreas específicas, o que nos remete a noção de segregação geográfica, isolamento, como se existissem várias cidades dentro de uma só. Na obra de Park (1970, p.30), a segregação se manifesta pela diversidade de raças, línguas e culturas, que se atraem e formam naturalmente espaços de vizinhança.

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independentes do círculo da vida e interesses mais amplos ao seu redor. (PARK, 1970, p.30)

Essa ideia de segregação urbana era entendida como um processo “natural” da sociedade capitalista, como se fosse uma opção, uma escolha voluntária. Logo, as transformações na cidade eram tidas como naturais, pois a cidade era vista como um organismo vivo. Porém, a desordem colocava a economia em riscos. Para isso, foi criado um ideal de progresso com base em melhores condições sociais. Acreditavam que a transformação religiosa, educacional, moral e racional poderia mudar a realidade.

A Escola de Chicago, como ficou conhecida, foi superada pela Escola de Sociologia Urbana Francesa, a partir de 1960. O conceito de segregação socioespacial passa a ser influenciado pelos ideais marxistas que tentam explicar os processos de desigualdades capitalistas, como forma de produção do espaço urbano. Para Vieira (2005, p.10), os pensadores de origem marxista consideram a segregação não mais como “um fator comum e natural da paisagem e do espaço

urbano”, mas de acordo com os pensamentos de urbanização capitalistas conceituados por Manuel Castells e Henri Lefèbvre.¹¹

Para Castells (1983), a segregação socioespacial pode ser definida como uma “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também em hierarquia”. (CASTELLS, 1983, p.210). Dessa forma, o autor entende que existe uma segregação residencial devido a diferenciação de rendas e trabalho.

A questão política é entendida por Castells como fator que influencia o processo de segregação. De acordo com Vieira (2005, p. 12), Castells considera que “a atuação e o papel exercido pelas diferentes forças e atores políticos, econômicos e ideológicos presentes e atuantes na organização e produção do espaço urbano na sociedade capitalista” podem provocar segregação.

Para Lefebvre (1972, p. 117), a organização da produção social também está ligada à lógica de acumulação capitalista, ao afirmar que “a cidade é o palco constante no qual se movimentam as categorias econômicas, o salário e o capital, o sobreproduto e a mais-valia, desempenhando as suas cenas e os seus dramas”. O espaço urbano ao ser negociado como mercadoria restringe o acesso a sua aquisição e utilização, ao mesmo tempo que serve de instrumento de poder e hierarquia. Isso traz rompimento das relações sociais ao gerar uma certa homogeneidade, pois a tendência é de que as pessoas com o mesmo nível de renda fiquem mais próximas, entretanto, isso aparta aquelas com menor poder aquisitivo (SOGAME, 2001). A cidade torna-se fragmentada e a comunicação entre as diferentes classes cada vez mais distantes.

A Revolução Industrial criou uma sociedade nova, com predomínio econômico e um desenvolvimento dramático, no sentido das mazelas causadas nas condições de vida. A burguesia¹², enquanto classe detentora dos meios de produção promoveu exploração da classe de proletariado. Ao longo do tempo a burguesia foi se transformando, mas continua com traços capitalistas de acumulação baseada numa cultura materialista.

¹¹ Vale citar as conhecidas obras desses autores: *Le droit a la cité* de Henri Lefèbvre (1968), *La question urbaine*, de Manuel Castells (1972)

¹² Pode-se definir burguesia como aquela que associada a figura do comerciante, do burguês e do capitalista, conforme o Dicionário dos Conceitos Históricos (2009).

A burguesia detém o capital, ou seja, os meios de produção; serve-se deles, determina em que condição se fará a sua utilização produtiva. Sem preconceitos pejorativos, Friedrich Engels traz a primeiro plano os poderosos contrastes da realidade urbana, a justaposição da riqueza e da pobreza, do esplendor e da fealdade, e esta covizinhança confere à fealdade e à pobreza intensa e patética colorida. (LEFEBVRE, 1972, p. 14).

De acordo com Lefebvre, bairros operários foram criados na cidade para atender ao crescimento industrial, como forma de mascarar a intenção urbana de segregação. A burguesia ficaria longe dos fracassados, da poluição, das doenças e dos vícios se estes fossem confinados em espaços próprios. O autor cita a cidade de Manchester, na Inglaterra, como um lugar de tamanho isolamento da classe operária. A ordem burguesa criou a desordem urbana. (LEFEBVRE, 1972).

As cidades industriais inglesas, tal como as cidades da atualidade – inclusive Itaperuna, direcionam trabalhadores menos remunerados para áreas mais afastadas do centro. Estudos recentes sobre habitação e segregação questionam essa perpetuação de miserabilidade e falta de recursos nessas áreas. Décadas já se passaram, mas o deslocamento de trabalhadores para a periferia desprovida de recursos persiste.

Para conceituar segregação é importante levantar algumas considerações de autores brasileiros. O arquiteto e urbanista, Flávio Villaça, traz uma visão diferente sobre o modelo que afirma ser a localização dos mais ricos em áreas centrais e os mais pobres em áreas periféricas. Segundo o autor, a classe mais rica concentra-se também em determinadas regiões que agregam valores a sua moradia, como segurança, mobilidade, acessibilidade e outros. Logo, essas áreas irão atrair maior infraestrutura, pois “o espaço urbano é produto produzido, não é dom gratuito da natureza”. (VILLAÇA, 1998, p. 73.).

Villaça utiliza a expressão de “terra-localização” (Villaça, 1998) para atribuir importância ao espaço urbano. A localização está relacionada com acessibilidade e para tal realizaram-se obras na sua construção. Quanto mais trabalho direcionado, maior a valorização dos terrenos urbanos. Baseado nessa ideia, o autor entende que a diferenciação dos bairros ocorre pela sua acessibilidade como pelo deslocamento ao trabalho, fato que caracteriza segregação. “[...] Assim, os mais ricos minimizam os tempos de deslocamento para os locais de diversão, lazer, compras e serviços de todos os membros da família [...]”. (VILLAÇA, 2012, p. 64). Enquanto para os mais pobres e moradores de áreas com menor acessibilidade, a alternativa para o

deslocamento na maioria das vezes é o transporte público. Vale ressaltar as péssimas condições na oferta do transporte público e das inúmeras desvantagens para quem o utiliza, como gastos com passagem, maior tempo de espera, além de problemas na sua conservação e manutenção.

O marido trabalha num local, a esposa em outro local diferente (em geral, não só longe de sua moradia, mas também longe do emprego do marido), os filhos adolescentes trabalham em outro local e as crianças vão a uma escola ou creche que, talvez, por sorte, esteja perto da casa ou dos locais do trabalho da mãe ou do pai. (VILLAÇA, 2012, p. 67)

A localização ao influenciar o valor do imóvel urbano pode expressar o poder aquisitivo do cidadão que ali reside. Isso reflete nas oportunidades de trabalho, estudo e lazer. A própria cidadania fica restrita e difícil de ser exercida dependendo do local que o indivíduo reside. Os problemas da cidade dizem respeito a todos os cidadãos, mas se alguns não conseguem participar ativamente na luta por melhorias, seja por obstáculos urbanos ao qual estão submetidos, a injustiça social prevalece e a segregação se repete pelas gerações.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987, p. 81).

Nas diferenças dentro da cidade, existe uma hierarquia social e do espaço, que faz surgir grupos em diferentes escalas. O crescimento urbano aumenta as desigualdades sociais, deixando grande parte da população sem acesso a serviços, infraestrutura, saúde e bem-estar social. A partir disso, a localização residencial serve para reunir e padronizar grupos, aproximando os “iguais”.

Partindo de uma perspectiva contemporânea, a autora Maria Encarnação Beltrão Sposito (2013) traz para o conceito de segregação a sua multidimensionalidade. Segundo a autora, é preciso partir da realidade urbana latino-americana para entender como a segregação ocorre no Brasil, pois este apresenta

disparidades socioespaciais em seu extenso território, marcado pelas imponderabilidades e fragmentações. Sposito (2013, p.82) também afirma que o processo de segregação é devido a localização de bens e infraestrutura urbana, pois reforça as distâncias entre as pessoas pelas “condições socioeconômicas de diferentes segmentos sociais”. A segregação implica rompimento, portanto, vincula-se aos sujeitos sociais e ao espaço.

A segregação adquire várias adjetivações com o transcorrer do tempo. Além de segregação surgiu o conceito de autossegregação socioespacial, ambos considerados processos capazes de influenciar e alimentar um ao outro. Logo, existem “os que segregam e os que são segregados, os que estão na área segregada e aqueles fora dela”. (SPOSITO, 2013, p. 70). Como exemplo de autossegregação são os espaços residenciais fechados, caracterizados por muros altos e espaços de convivência exclusivos. Essa delimitação espacial autossegregada torna-se sinônimo de prestígio e elitização, reflexo do dinamismo urbano que encontra novas formas de manter a continuidade de espaços segregados, o que traz a ideia de fragmentação socioespacial.

Ana Fani Alessandri Carlos, geógrafa brasileira, realizou estudos importantes sobre as transformações espaciais motivadas pelo capital. Afirma a tese que “a segregação – característica fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo -, em seus fundamentos, é o negativo da cidade e da vida urbana”. (CARLOS, 2013, p. 95). Para a autora a segregação afasta a cidadania, pois na cidade a produção do espaço segue a determinação capitalista de acumulação. Dessa forma, resta à parcela da sociedade que sobrevive na pobreza e na informalidade a ocupação da periferia, com falta de estrutura e baixo valor urbano, pois a cidade se tornou uma mercadoria, e quem desfruta dos seus melhores espaços é quem pode pagar por eles. Carlos (2013, p. 98) entende que: “para uma imensa parcela da sociedade, a vida urbana constitui-se pela precariedade absoluta, envolvida num processo de trabalho dividido e sem conteúdo, numa cidade que não lhe pertence e com a qual não se identifica”. Assim, determinados espaços na cidade são utilizados por parte da população que se identifica com eles, enquanto outra parte fica de fora.

A acessibilidade aos lugares na cidade que foram socialmente produzidos é uma forma de segregação, pois existem contradições na sua utilização. Na prática, a vida cotidiana segue o capital, pois os espaços urbanos são tidos como mercadoria.

O seu uso, fica condicionado a renda. Portanto, a desigualdade se reflete na produção do espaço urbano.

2.2 OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

São vários os agentes¹³ produtores do espaço urbano, como o Estado, o mercado, a população, corretores de imóveis etc. Existem ações norteadas por interesses desses agentes, que podem se articular dentro de uma hierarquia urbana ou criar resistências. Para Corrêa (2012), os agentes são "os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos". Para Vasconcelos (2011), a definição de agente pode ser:

O uso da noção de agentes sociais parece ser bastante rico para o entendimento das cidades brasileiras, na medida em que "agentes" não capitalistas podem ser incluídos nas análises, o que permite, entre outras possibilidades, a sua utilização no presente e no passado. De qualquer maneira, agente não é uma noção passe-partout, tendo maior aplicação em certos domínios, como o estudo do mercado fundiário e imobiliário urbano, assim como o dos movimentos sociais urbanos, conforme a literatura examinada. (VASCONCELOS, 2011, pp. 92-93).

O Estado é o primeiro e principal agente que iremos abordar, pois ele desempenha um papel direto de gestão ao escolher territórios para a instalação de infraestrutura e equipamentos, com objetivos específicos para atender certas atividades e parcelas da população. (SANTOS apud FELÁCIO, 2013). Quando se fala em Estado, amplia-se a visão para as esferas municipal, estadual e federal. Possui a função de legislar e normatizar o uso e ocupação do solo, assim como o poder para a cobrança de tributos.

Milton Santos (1994, p.111) destaca que "o próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias." A esfera pública ao favorecer novos projetos urbanísticos, principalmente quando se trata da aprovação destes pelo município, deverá implementá-los com políticas públicas que direcionem

¹³ Existe uma discussão na teoria sobre o termo ator ou agente. Nesse estudo, utilizaremos agente como produtor do espaço.

investimento para alguns espaços, isso ocorre de acordo com a sua intencionalidade, o que leva a repercutir na falta de investimentos em outros locais.

O Brasil possui um déficit habitacional grande e para resolver esse problema, o poder público criou em 2009 o Programa Minha Casa, Minha Vida¹⁴ visando a construção de 3 milhões de moradias. Esse empreendimento é o exemplo de atuação do Governo Federal como agente capaz de interferir na questão habitacional e modular o espaço urbano. Dessa forma, o Estado pode agir diretamente na produção habitacional ou através de melhorias nas vias de acesso de outras estruturas urbanas. Salienta-se que a atuação do Estado não é isolada, ela decorre de uma rede¹⁵ de ações que articulam interesses e estratégias. Para Trindade Júnior (1998, p. 33) “a forma do ambiente construído não é apenas o produto dessas redes, mas também, das tentativas de renegociar as ações delas decorrentes por parte de outros grupos que suportam os custos da reestruturação urbana”. Os agentes utilizam-se de redes para garantir que a produção do espaço urbano atenda seus interesses.

Sobre o território é possível perceber que não há passividade ou neutralidade na sua organização, pelo contrário, criam-se leis favoráveis para determinados agentes produtores do espaço. A atuação do Estado interfere no preço e na valorização da terra através da implementação de políticas públicas e planejamento da cidade. Raffestin (1993) afirma que:

Atores não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. (RAFFESTIN, 1993, p.156).

Portanto, o Estado não age de forma isolada, mas através de instrumentos que representam interesses de agentes públicos e privados dentro do contexto econômico e político do momento, para dar continuidade e manutenção ao poder.

¹⁴ O PMCMV incentiva a produção e aquisição de novas unidades habitacionais para família com renda mensal de até R\$ 4.650, de acordo com a Lei 11.977 de julho de 2009.

¹⁵ O conceito de redes de agentes pode ser entendido como articulações locais de agentes responsáveis pela dinâmica da cidade e que estão por trás da apropriação da terra urbana. (TRINDADE JÚNIOR, 1998)

Partindo para uma análise do plano econômico, encontramos modificações feitas pelo homem no espaço geográfico no sentido de satisfazer suas necessidades para além da sua sobrevivência. (CARLOS, 2011). O homem cria novos espaços, trabalha, constrói e consome mercadorias, sob a lógica capitalista. Dessa forma, o espaço também foi transformado em mercadoria tanto para o seu uso como para sua propriedade. A apropriação privada assume valores na sociedade que direcionam o capital financeiro para a aquisição de imóveis. A partir dessa perspectiva, a produção da cidade é baseada em conflitos, pois as classes adquirem ou utilizam de forma desigual o espaço urbano.

A extensão do capitalismo realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca, com a separação radical entre espaço público e privado e aprofundamento da segregação, bem como a relação entre o Estado que domina o espaço, produzindo-o enquanto homogêneo, e o modo de apropriação que se quer diferencial. (CARLOS, 2011, p. 68).

O mercado também é considerado agente ao influenciar a precificação dos imóveis urbanos para produção ou acumulação de capitais. O mercado produz uma série de benefícios para o local, mas que na verdade representam os interesses de agentes imobiliários, incorporadores e construtores, pois estes são favorecidos com privilégios ao construir seus empreendimentos, através de incentivos municipais como melhorias de serviços e infraestrutura de acesso. Estradas, redes de esgoto, iluminação e água são exemplos de bens que o Estado utiliza para atrair novos empreendimentos.

Não é processo de produção da vida, mas, sim, o de consumo que mais interessa ao urbano, é a partir deste ponto que a questão primordial para a produção do espaço seja a localização do indivíduo e sua acessibilidade ao centro de bens e serviços das cidades é neste palco que ocorre a disputa entre as classes sociais pelas melhores localizações (VILLAÇA; 2001, apud FELICIO, 2013).

O mercado imobiliário é um agente importante de reprodução dos espaços, que são negociados como objetos pelo setor formal ou informal. Se por um lado é responsável em alavancar desenvolvimento, por outro, deixa de cumprir em muitos casos a legislação urbana, visando à lucratividade. Rodrigues (2011, p. 214) aponta

que “a produção da cidade é coletiva, realizada por múltiplos agentes”. A autora destaca que os agentes levam desenvolvimento ao intervirem na produção da cidade, citando como exemplo os promotores imobiliários, instituições financeiras, loteadores, etc.

A urbanização é transformada em mercadoria no capitalismo, e a realização da vida em sociedade é injusta e desigual. Não podemos deixar de falar da população excluída como produtora do espaço, pois ela está submetida a uma divisão do trabalho, o que provoca segregação do território. E neste sentido, Pires apud Felacio (2013) afirma que pode se materializar em territórios de aglomerações e se desenvolve pela acumulação quantitativa de atividades; na especialização da organização do tecido econômico dominado por uma atividade industrial e também pela especificidade dos agentes econômicos.

Os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas. (CORRÊA, et al, 1989)

Os grupos sociais excluídos transformam o espaço ao construírem suas casas em locais irregulares ou loteamentos ilegais. Apresentam dessa forma condições precárias de vida, pois o saneamento, a iluminação, a pavimentação e infraestrutura não são providos para esses lugares.

No intuito de se pensar numa cidade moderna, Lefebvre (1991) cita alguns filósofos, tais como Lewis Mumford e Bardet que imaginaram uma cidade composta por cidadãos livres, libertados da divisão do trabalho, das classes sociais, identificados por uma cidade racional. O autor cita o urbanismo como ideologia ao formular todos os problemas da sociedade em questões de espaço e questiona que se a sociedade não funciona de maneira satisfatória poderia existir uma patologia nesse espaço.

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as suas instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da

realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade. (LEFEBVRE, 1991, p.59)

Esse conjunto de ideias apresentadas sobre a produção do espaço urbano influenciado por agentes, de acordo com a concepção de Milton Santos (2000) determinam espaços nobres e periféricos criados pelo homem, mas que deveriam ter sido feitos por uma gestão democrática, uma política que redistribuísse e promovesse justiça social. O autor diz que: “O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência”. (SANTOS, 2004, p.30). A concepção de espaço como necessidade para moradia e sobrevivência do homem sofreu efeitos da intervenção feita por ele mesmo, a partir da realização dos acréscimos no solo. As consequências foram as transformações dos espaços em mercadorias, em lucros. Enquanto isso, a pobreza cresce e grande parte da população não se enquadra nesse processo.

2.2.1 Especulação Imobiliária: indutora da expansão e segregação urbana

As alterações criadas pelo homem para utilização do espaço geográfico servem para organizar e estruturar a sociedade. Dessa forma, através do acúmulo de capital a sociedade fica dividida em classes e cresce de forma desigual. Segundo Harvey (1992), o poder social pode influenciar a forma de produção desse espaço. O autor compreende que, em termos materiais, “[...] a *distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações e em infraestruturas físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais [...]*”. (HARVEY, 1992, p.213)

Assim, é possível pensar que as melhorias no território desprovido de recursos, torna-o mais valorizado. Mas isso não quer dizer que a população que vivia no contexto anterior também melhorou. Pelo contrário, Kowarick (2000, p. 22) explica que os proprietários com uma renda mais baixa que não puderem pagar pela valorização e devidos impostos, são expulsos do espaço para que as camadas melhores remuneradas se apropriem desses espaços num processo que ele chama de “gentrificação”. Tal processo levará a um enobrecimento e a uma elitização do

espaço que foi revitalizado, gerando perdas para os moradores com uma condição social inferior, que continuarão com problemas de acessibilidade para usufruir da nova infraestrutura capitalista.

O mercado imobiliário é um dos principais responsáveis pelo processo de segregação socioespacial. A diferenciação do espaço de acordo com as obras e serviços públicos que foram realizados no local leva à discrepância no valor monetário do imóvel.

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público; água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que, anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termos de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais. (SINGER, 1979, p. 34).

Dessa forma, a exclusão social é uma característica das cidades contemporâneas, sob a égide do modelo capitalista, na qual a acumulação do capital se materializa espacialmente formando espaços segregados. De acordo com a localização da residência do cidadão, já é possível saber a que classe social ele pertence, como explica Soja (2008, p.1-2): “o local de residência de uma pessoa já determina grande parte de suas oportunidades e condições”.

Conforme Maricato (2007), a dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos são consequências da exclusão social. Os bairros mais afastados que não recebem investimentos apresentam problemas como transporte precário, saneamento deficiente, dificuldade de acesso à educação, saúde, creches e empregos informais, pois a profissionalização desses moradores é inferior. A autora responsabiliza o Estado pelo investimento de acordo com interesses particulares.

Queremos lembrar aqui três linhas de orientação do investimento público urbano: a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, cujo motor é a valorização imobiliária, b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidade, e c) aquela definida pela relação clientelista que corresponde a interesses eleitorais. Essa última pode até implicar em investimentos em áreas pobres, mas subverte uma orientação de investimento que poderia ser dada pelo planejamento urbano. (MARICATO, 2007, p.60)

Seguindo os princípios da valorização imobiliária, a proximidade dos pobres e favelas desvalorizam as áreas mais nobres, por isso, os preços de aluguéis ou venda desses imóveis tornam-se mais caros. A saída para quem não pode pagar por isso é morar em ocupações ilegais, clandestinas, sem leis para regulamentar. O Estado não entra na favela. Segundo Maricato (2006, p.63), “[...] a ausência do Estado, particularmente do aparato judicial e institucional, dá espaço para as novas “leis” que são ditadas pelos “chefes locais” [...]”.

Isso implica pensar que o planejamento urbano foi transformado num instrumento para cuidar da cidade legalizada, para preservar um “mercado especulativo e restrito a uma minoria”. A cidade é vista e como um negócio¹⁶ lucrativo que utiliza a propriedade privada para reprodução de capital, ou seja, como produto imobiliário.

A Lei de Terras¹⁷, criada em 1850, foi a primeira iniciativa para regulamentar a propriedade privada no Brasil. A partir desse período foi impulsionada a formação do mercado imobiliário que passou por diversas transformações e atualmente é viabilizado pela financeirização, o que caracteriza a cidade como negócio.

Tendo em vista o crescimento do mercado imobiliário e o aumento populacional, percebemos que este avança na cidade para ampliar o espaço e solucionar a demanda por moradias. Quanto mais infraestrutura agregar em volta da propriedade, maior status será atribuído à moradia. Nesse sentido, a segregação é naturalizada simbolicamente, pois os melhores espaços serão habitados por pequenos grupos sociais dotados de maior poder econômico.

Assim, podemos dizer que além da propriedade privada e a urbanização serem transformadas em produtos, a homogeneidade social e a qualidade de vida também são vendidas como tais. De acordo com Pádua (2015, p.160) “é quando a forma da cidade apresenta uma violência transparente, evidente, cujo combate restringe as possibilidades de uma cidade e uma sociedade realmente socializadas”¹⁸. Logo, a sociedade se fragmenta e socializa seus habitantes de

¹⁶ De acordo com Alvarez (2015), São Paulo parece indicar ser produzida como negócio e ao mesmo tempo como segregação, no contexto de transição de capital industrial para o domínio do capital financeiro, o que permite a produção do espaço como produto imobiliário. (ALVAREZ, 2015, p. 66).

¹⁷ Essa lei foi criada em 1850 para organizar a propriedade privada no Brasil.

¹⁸ PADUA, R.F. de. **Produção estratégica do espaço e os ‘novos produtos imobiliários’**: A cidade como negócio. São Paulo, Contexto, 2015.

acordo com suas possibilidades financeiras e com a sua homogeneidade. Sobre essa segregação, indiferença e invisibilidade geradas, trataremos o próximo item.

2.2.2 A vulnerabilidade e invisibilidade da periferia

A competição pelo território urbanizado e a diferenciação entre as classes reproduzem contradições e fragilidades estruturais dentro da mesma cidade. O isolamento dos pobres, segundo Milton Santos (1990), é uma forma de fragmentação que pode ser transformada em desintegração social. Diversos campos do saber, tais como Schumann, Vignoli e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) preferem utilizar a expressão vulnerabilidade¹⁹ com toda sua multidimensionalidade para explicar a situação de pobreza e a exposição aos riscos sociais que se agravam pelo descaso, invisibilidade e esquecimento, deixando de ser combatidos pelo Estado pela ineficácia de suas políticas e planejamento.

Vignoli destaca o dinamismo das condições de pobreza e os riscos sociodemográficos que reduzem direitos e o bem-estar da população. A alta fecundidade, mortalidade e envelhecimento são riscos ligados à transição demográfica e epidemiológica e que precisam ser observados dentro do contexto da América Latina. (VIGNOLI, 2006, p.97). A vulnerabilidade está ligada às péssimas condições de moradias, baixa instrução da população, alto índice de gravidez na adolescência, rendimentos insuficientes para a população idosa, desnutrição, desemprego, exposição a drogas e violência urbana, etc.

A CEPAL aponta as deficiências sociais e a má distribuição de renda como problemas intensificados pela globalização, sendo que tais contrastes afetam a cidadania global e aprofundam os riscos sociais e econômicos.

A vulnerabilidade dos setores pobres ou próximos à linha de pobreza diante da precariedade do emprego e das rendas das famílias é muito alta. De fato, encontram-se em situação de pobreza não apenas 35% dos lares e 44% da população, mas na maioria dos países existe uma importante proporção de domicílios (entre 25% e 30%) com rendas per capita que variam entre uma e duas linhas de pobreza e que enfrentam, portanto, um alto risco de cair na pobreza. (OCAMPO, 2002, p. 335).

¹⁹ Kowarick considerou o termo exclusão problemático, preferindo a expressão “vulnerabilidade.”

Não obstante, vale dizer que o desenvolvimento seguido pelos países que fazem parte da América Latina trouxe exclusão socioeconômica para a grande maioria da população, que também sofre as consequências dos desastres ambientais e transformações climáticas. Se considerarmos uma parte da população que não está incluída no funcionamento da cidade legal, logo, podemos dizer que essa população sofre o processo de exclusão. Essa exclusão pode ser social, econômica, cultural, residencial, etc. Os efeitos dessa exclusão com o passar dos anos aprofundam os “males públicos globais”.

A periferização no Brasil é um fenômeno que reflete a complexidade das suas cidades. O Estado quando não providencia habitações sociais para a população pobre, esta fica sem alternativa e passa a migrar para áreas mais afastadas e irregulares, fator que evidencia o crescimento do número de favelas do país.

Um dos problemas mais sérios enfrentados pelas cidades brasileiras, principalmente as de porte médio, é a expansão urbana desordenada, agravada pela falta de planejamento. O resultado deste processo é uma estrutura social urbana fragmentada e segregada espacialmente, tendo por consolidação a constituição de favelas e loteamentos irregulares (ARRUDA, 2009, p.75.).

A segregação urbana cria obstáculos para a população que vive nesses espaços buscar melhores empregos e formações profissionais. Os excluídos da cidade, muitas vezes sem opção, vivem na informalidade e ganham pouca visibilidade, pois a elite não precisa trafegar pelos seus becos, ruas sem pavimentação e casas fora do padrão.

Essa população “esquecida”, sem recursos e sem futuro, sem chances de competir com o mundo “globalizado”, torna-se um palco para o crescimento da violência. Essa disparidade dentro de uma mesma área urbana gera tensões e problemas relacionados como o tráfico de drogas, situação que afeta a sociedade como um todo. A segurança urbana é um dos principais problemas da atualidade.

A situação de pobreza em que muitas famílias se encontram condicionadas esse modo de vida a se perpetuar. Enquanto a classe mais empoderada segue a vida que funciona dentro do sistema criado, a população pobre vive no silêncio e na invisibilidade criada pelos muros e pelas dificuldades de acesso ao bairro.

3 O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ITAPERUNA

3.1 A CIDADE DO CAFÉ

As cidades brasileiras são o espelho de um passado de colonização e distribuição desigual das terras e suas riquezas. No Brasil, século XVI, foram criadas sesmarias²⁰, num contexto político urbano de habitação que privilegiava uma classe social dominante. A terra não era valorizada, mas a implantação de casas e áreas destinadas a produção agrícola geravam renda, poder e prestígio social.²¹

O sistema sesmarial exigia um pagamento de dízimo pelos capitães-donatários à Coroa Portuguesa. Surgiram inúmeros conflitos a partir dessa arrecadação e sobre a dificuldade em se estabelecer os limites das propriedades. Finalmente, em 1850, foi criada a Lei de Terras, que regulamentou a propriedade privada. De acordo com Maricato (1997), a Lei de Terras consolidou o latifúndio, através de uma ocupação indiscriminada de enormes porções de terras por quem podia pagar por elas, a partir disso, ocorreu a expulsão de pequenos posseiros. Itaperuna até esse momento pertencia a capitania de São Tomé, posteriormente chamada de Paraíba do Sul, concedida ao fidalgo luso Pero de Góis por alvará em

²⁰ No Brasil, a distribuição da terra é historicamente concentrada, fato cuja origem remonta ao período da colonização, com as capitanias hereditárias e a doação das sesmarias. Tal situação ensejou, no final dos anos 50 e início dos anos 60, o crescimento dos debates e da pressão popular em torno da questão agrária, cuja resolução era percebida como necessária ao crescimento do país, bem como à constituição de uma sociedade menos desigual. (SOUZA et al., 2004, p. 384).

²¹ Vale ressaltar que a concessão de terras no Brasil era determinada pela Coroa Portuguesa, que expressava domínio sobre o espaço territorial brasileiro em forma de sesmarias. Em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, com caráter privado, ou seja, para ter a propriedade seria exigido pagar por ela. A partir desse momento, grandes latifúndios são formados.

10 de março de 1534, assim relatado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro através do estudo socioeconômico de 2013.²²

A colonização das terras de Itaperuna, conhecida como sertão da Pedra Lisa, que permaneceu por dois séculos inexplorados, iniciou-se no século XIX, por volta de 1830 pelo bandeirante e desbravador José de Lanes Dantas Brandão, sargento da Milícia de D. João VI, natural de Minas Gerais. O sargento fundou a fazenda Porto Alegre, nome utilizado até 1885, e que a partir do Decreto nº 2.810 foi alterado para Vila de Itaperuna²³. Em seguida, veio a estabelecer-se no Vale do Carangola, na fazenda São José, trazendo seu pai, irmãos e alguns parentes, iniciativa que passou a atrair a população para habitar no local e nas terras vizinhas. (TRIBUNAL DE CONTAS, 2004)

Antes da Fazenda Porto Alegre ser formada, vale citar uma das fazendas mais antigas localizadas na região e hoje cortada pela BR-356, a Fazenda São Domingos. O ano de sua fundação ocorreu em 1839 por Joaquim Ribeiro da Silva, segundo informações do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Henriques (1956, p.226) afirma que: “[...] *Em 1893, o Estado do Rio de Janeiro produziu 1.025.966 sacos de café, dos quais 12.000 arrobas de café foram produzidas pela Fazenda São Domingos, cuja cultura era feita simetricamente sob a ramagem dos ingazeiros plantados em fila indiana [...]*”. Dessa forma, percebe-se a importância da Fazenda para o Ciclo do Café no país e para a consolidação demográfica nessa região, considerando-a como uma das maiores e mais organizadas do Estado do Rio de Janeiro, o que serviu para atrair mão de obra para atividades internas e externas à fazenda.

A topografia montanhosa de Itaperuna favorece um clima quente e tropical, sendo reconhecida como uma das maiores temperaturas dentre as cidades do Estado. Por ela, passam dois importantes rios: Muriaé e Carangola. A cidade possui uma peculiaridade por estar localizada próxima ao Estado de Minas Gerais, sendo considerada extensão da Zona da Mata de Minas Gerais. (DOS SANTOS, 2005). Assim, “a estratigrafia grandemente obliterada permitiu ao Muriaé rasgar transversalmente a zona montanhosa e aos seus afluentes da margem esquerda,

²² TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo socioeconômico**: 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: 20 abr 2018.

²³ Em dezembro de 1889, decreto nº 02, foi elevado à categoria de cidade, com a denominação de Itaperuna. **Revista Unidades**, maio 2009.

desorientados, retalharem a região”. (LAMEGO, 1945, p. 6). O contingente mineiro por um período foi muito grande, entretanto, segundo Lamego, os campistas resolvem sair da planície e invadir a região de montanha em busca de “madeiras do jacarandá”²⁴.

A construção da estrada de ferro e o cultivo do café impulsionaram o crescimento da região e o surgimento de pequenas concentrações habitacionais à beira dos caminhos, processo que começa a diferenciar as classes sociais.²⁵ (TCE/RJ, 2013). Segundo Santos (2017), o alvorecer da cidade de Itaperuna aconteceu devido a dinâmica do café e da construção da estrada de ferro, fator de crescimento econômico e demográfico para o município no período entre 1880 até 1930, e partir dessa década, a cidade torna-se mais urbana.

A economia da mesorregião²⁶ Norte Fluminense na qual Itaperuna fez parte e, posteriormente desmembrada em 1987 com a criação do Noroeste Fluminense, possuía como atividade predominantemente o cultivo da cana-de-açúcar, principalmente em terras da cidade de Campos dos Goytacazes e ao seu redor. Fazendas com grandes extensões eram comuns nesse contexto histórico. A partir do final do século XIX, com o cultivo do café, a colonização ocorreu de forma mais rápida, promovendo maior desenvolvimento para a região de Itaperuna. A agricultura sempre foi marcada em todo Estado do Rio de Janeiro pela existência das grandes propriedades com altas produtividades, o que elevava o desempenho do Estado nas exportações agrícolas em âmbito nacional (BALSAN, 2006).

O desenvolvimento da economia cafeeira em Itaperuna foi responsável pela concentração de várias atividades comerciais e de serviços. Itaperuna chegou a ser a maior produtora de café do Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Esse destaque para a economia de Itaperuna a transformou numa categoria de centro sub-regional do Norte Fluminense. A cidade também foi destaque internacional em 1873, concorrendo com produtos da Fazenda São Domingos para

²⁴ É considerada a madeira brasileira mais valiosa, luxuosa e bela. Utilizada na marcenaria de luxo.

²⁵ Os trilhos da estrada de ferro Carangola foram inaugurados em 25 de junho de 1883, com a presença de dom Pedro II.

²⁶ A mesorregião Noroeste Fluminense foi criada após o desmembramento da mesorregião Norte Fluminense. Depois de décadas de reivindicações, o governador Moreira Franco, em 1987, realizou o desmembramento na expectativa que fosse ocorrer certa independência da região, antes focada principalmente na cidade de Campos dos Goytacazes, a qual monopolizava a atenção e os recursos da iniciativa privada e dos governos estadual e federal (CRUZ, 2007).

a Exposição Nacional do Rio de Janeiro e na Exposição Internacional de Viena (Áustria, Europa), recebendo premiações com medalhas gravadas pela efígie do Imperador D. Pedro II. A fazenda São Domingos já foi considerada a maior fazenda em extensão territorial²⁷, e a que trouxe maior progresso para região, com seus produtos sendo comercializados no Brasil, América e Europa. De acordo com o Circuito Cultural Fazendas Históricas Noroeste Fluminense 2017, na fazenda:

A sua cultura mais importante era o café, seguindo-se a do milho, arroz, feijão, cana de açúcar, algodão, fumo, mamona e o chá da Índia. Todos esses produtos eram industrializados na própria fazenda para uso dos seus habitantes e com alguns dos quais, os seus proprietários concorreram a exposições nacionais e internacionais, levantando menções honrosas, medalhas de bronze, prata e ouro. (HENRIQUES, 1956).

O Rio de Janeiro, a cafeicultura escravista passou por uma verdadeira derrocada em 1882 e migrou para uma cafeicultura que passou a utilizar mão de obra livre e assalariada, oriunda de imigrantes de outros países. A população rural nesse período prevalecia na maioria dos municípios²⁸.

Com o intuito de fortalecer o desenvolvimento econômico e político do município, o Comendador José Cardoso Moreira doou terras para a elite já existente na região em busca da prosperidade da localidade. Por conseguinte, a elite conseguiu alcançar sua meta e houve uma ampliação da importância administrativa da vila e, em 10 de maio de 1889, foi elevada à categoria de cidade, passando se chamar Itaperuna. Este nome foi escolhido pelo doutor Francisco Portella, médico da prefeitura de Campos e presidente da Estrada de Ferro Carangola que passava pela cidade. (Santos, 2017, p.4)

Levando-se em conta os argumentos apresentados, podemos concluir que a formação urbana da cidade de Itaperuna, de acordo com Santos (2017) foi um processo que surgiu e cresceu seguindo a linha férrea e a margem do Rio Muriaé, a partir de trabalhadores livres e escravos que não tinham um lugar para ficar e procuravam uma forma de sobreviver. Eles passaram a trabalhar de forma autônoma, prestando serviços dotados de aptidões manuais, como açougueiros,

²⁷ Em 2010, a Fazenda São Domingos possuía cerca de 330 alqueires de terras e enfrentava um processo de reforma agrária.

²⁸ O Brasil recebeu cerca de 5 milhões de imigrantes até meados de 1940. (FERREIRA, 2005)

carpinteiros, sapateiros, etc. O centro da cidade destinou-se para a elite agrária, que construiu casarões ao longo da Avenida Cardoso Moreira.

Inicia-se o fenômeno da segregação socioespacial na cidade quando esta é transformada para receber determinada classe, com poder e influência, enquanto outra parte da população é esquecida e sem alternativa migra para áreas fora dessa abrangência. Para os excluídos da área central que era ocupada pela elite cafeeira e política, restavam as áreas periféricas e muitos precisavam utilizar uma balsa para atravessar o rio e ali fixarem suas residências, o que veio dar origem ao bairro Niterói. O bairro de Vinhosa também foi criado a partir da população pobre e excluída, dessa forma citado por Santos (2017) a seguir:

ligação entre o centro e este novo espaço urbano era feito através de balsa fora dos limites legais do município. Em 1893 foi inaugurada uma ponte de madeira que substituiu a balsa, por conseguinte, proporcionou o aumento demográfico do bairro Niterói. O outro espaço urbano criado para acolher os excluídos da margem da estrada de ferro foi o bairro Vinhosa. Portanto, percebe-se a formação histórica da segregação espacial da cidade de Itaperuna, sendo definida pela elite local, sendo uma segregação com caráter econômico. (PEREIRA JÚNIOR, 2015 apud SANTOS, 2017).

De acordo Castells(1983)²⁹, a segregação social é a expressão da reprodução das forças de trabalho, que compõem uma estrutura social interligada. A cidade materializa-se no espaço geográfico, constrói um ambiente para atuação da sociedade. Esse controle representa os interesses da classe mais alta, que se apropria de forma diferenciada do espaço e visa garantir a continuidade dessa dominação. O autor entende que a segregação residencial organiza o espaço em zonas de homogeneidade, ou seja, os iguais entre os iguais. Assim a disparidade social e residencial fica evidente.

A segregação não é somente espacial, mas também, social, pois a renda, o tipo de ocupação e o nível de educação também são fatores importantes para esta análise. Logo, há uma segregação residencial da sociedade ocasionada pela diferença econômica. Esta foi uma realidade importante de se destacar na cidade de Itaperuna. (NEGRI, 2008 apud SANTOS, 2017, p.5).

²⁹ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

A partir de uma análise sobre a dinâmica da cidade e o seu desenvolvimento, considerando a ação antrópica no espaço geográfico para sua estruturação, concluímos que o espaço urbano é produzido, não surge de forma natural. Existe um trabalho dispendioso para modifica-lo. (VILLAÇA, 1998). A influência das camadas de alta renda na ocupação do solo urbano em áreas centrais é uma evidência de valorização destes terrenos, pois estes agregam maior acessibilidade e investimento público, interesses de uma elite que buscava modernidade.

3.2 O ÊXODO RURAL E A EXPANSÃO DA ZONA URBANA.

A crise do café começou na década de 1920³⁰ devido ao descontrolado e excessivo aumento do preço da safra. Isso levou a produção aumentar cada vez mais. Em setembro de 1929, a crise foi declarada e as exportações diminuíram, os negócios são reduzidos e o desemprego acomete o campo. Na tentativa de reverter o quadro, queimam-se o café excedente, mas isso não resolveu o problema. A crise econômica é mundial. O êxodo rural é um fenômeno que contribui para a industrialização e expansão urbana das cidades, com crescimento desigual e reprodução de uma força de trabalho assalariada, que vivem em péssimas condições de moradias, sem saúde e sem perspectiva de mudanças. De acordo com Milton Santos (1994):

Para compreender a economia de um país é necessário dar uma enorme atenção aos estudos urbanos e buscar a metodologia mais adequada para captar a real significação da cidade, da rede de cidades, do território e da nação [...] A circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das ideias ganhou uma total expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia. Houve, mesmo, um geógrafo, Roger Lee, a afirmar que 'o sistema urbano é a economia. (SANTOS 1994, p.119 apud NEGRI, 2008, p.146).

As eras da cana-de-açúcar e do café chegam ao fim marcando a maioria dos municípios na região com fortes impactos econômicos negativos, em decorrência de

³⁰ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população que em 1900 era de aproximadamente de 39.187 em 1920 chegou a 90.807. Com isso, deu-se um impacto significativo no espaço urbano desta cidade que começou a ser cada vez mais urbana.

grandes propriedades terem perdido o mercado de seus produtos. Com isso, a partir da década de 1970, apenas mantiveram relativo sucesso na agricultura brasileira aquelas propriedades que conseguiram se adaptar à modernização, o que não ocorreu na região noroeste fluminense (BURIN, 2008). De acordo com Gama-Rodrigues et al. (2007) as atividades agropecuárias na mesorregião noroeste fluminense passaram a ser desenvolvidas, entretanto, não conseguiram repetir a lucratividade que o café havia proporcionado. Devido ao uso regular de fogo e mecanização intensa, ocorreu elevado grau de degradação dos solos e, conseqüentemente, uma decadência socioeconômica da mesorregião.

As mudanças no meio rural do noroeste fluminense que levaram a um êxodo rural intenso a partir da década de 1970 foram acompanhadas pelo aumento da urbanização de Itaperuna. Devido ao processo de estagnação econômica nesse período, a população migra do campo para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida.

Uma das causas do esvaziamento regional foi a ação do Estado que, na década de 1960, através do Instituto Brasileiro do Café (IBC), patrocinou um grande programa de erradicação de cafezais que eram considerados esgotados e de baixa produtividade [...]. Essa erradicação se deu mediante indenização atrativa paga aos fazendeiros em espécie por pé de café erradicado. Pelos termos contratuais o café erradicado deveria ser substituído por outros cultivos, dentro de uma proposta de diversificação das lavouras com o objetivo de instituir-se uma agricultura comercial de mercado interno. Porém, essa diversificação não aconteceu. A maioria dos grandes proprietários de terras substituiu o café pela pecuária extensiva, o que causou uma elevada taxa de desemprego rural, tendo chegado a quase 90% em alguns casos. Hoje a zona rural dessa região é um verdadeiro “deserto” de homens. As cidades, por seu turno, cresceram rapidamente, sem estrutura de emprego compatível com o aumento da demanda. (MIZUBUTI, 2005, p.9625).

Vale ressaltar, segundo Furtado (1972), que devido às concentrações de terras, as grandes propriedades geravam elevação dos custos da mão-de-obra e a redução dos custos dos insumos agrícolas, variáveis estas que constituíam condições necessárias para induzir os proprietários à capitalização, incentivando-os a aderir ao progresso técnico.

O declínio do café fez surgir outras atividades como saída e alternativa a crise, com destaque maior para pecuária e a produção de leite. Ambas exigiam um quadro de mão de obra menor, o que deixou inúmeros trabalhadores

desempregados. A necessidade de trabalhadores que eram absorvidos pelo café deixa de existir. Essa mão-de-obra migra para a cidade. Itaperuna recebe esses trabalhadores, mas não estava preparada para esse contingente, que acaba se instalando nas áreas mais afastadas. O Surubi surge dessa forma, com a instalação de algumas famílias nesse espaço que ainda não havia recebido infraestrutura, local afastado da rodoviária da cidade. Nesse contexto, a importância das ferrovias diminui, enquanto as rodovias tornam-se mais valorizadas. De acordo com Santos (2017):

Neste mesmo contexto histórico, Vargas assume o poder e inicia o processo de integração nacional pelas rodovias, diminuindo, portanto, a importância da ferrovia no país. Em 1946 é inaugurado o Terminal Rodoviário de Itaperuna na região norte da cidade, ampliando sua extensão habitacional, também, nas proximidades desta região é criada a destilaria de álcool. Posteriormente, esta construção será substituída pela fábrica de laticínios chamada de CAPIL em forma de cooperativa para atender as necessidades dos produtores locais. (SANTOS, 2017, p.6)

Assim é possível pensar que o processo de integração nacional ocorrido na Era Vargas (1930-1945) pela expansão das rodovias aumentou as conexões municipais, como a ligação da BR-356 com o estado de Minas Gerais. E de acordo com Pereira Júnior (2015), nas décadas de 1930 a 1950 (IBGE, 2013) ocorrem as grandes fragmentações regionais, responsáveis pela criação dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana (1938), Natividade (1947), Porciúncula (1947) e Laje do Muriaé (1962). O crescimento urbano de Itaperuna passa a atrair maiores investimentos.

Itaperuna passou por um processo de transformação para atender as necessidades dos operários que foram trabalhar nas indústrias que estavam sendo instaladas, dentre elas, a fábrica de laticínios Parmalat que possui significado importante para a economia da cidade. O comércio se expandiu e alguns bairros são loteados para esses trabalhadores, como o caso do bairro Lions. A organização do espaço decorre da divisão social do trabalho. A classe dominante manipula o território de acordo com seus interesses. Em 1975, foi criado o bairro CEHAB através do incentivo do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de atender uma classe mais pobre e com renda menor. A infraestrutura direcionada para o local não foi distribuída de forma igualitária, criando uma subdivisão nesse espaço, favorecendo uma parte com maiores investimentos (CEHAB baixa), fator que levou a

uma maior especulação imobiliária, enquanto a outra (CEHAB alta) se formou em condições mais precárias.

As maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano dependem do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter. Morar num bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se. A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço. (NEGRI, 2008, apud SANTOS, 2017, p.7).

A população de Itaperuna se tornou mais urbana, a cidade se expandiu e se desenvolveu, entretanto, ainda precisa reduzir sérios problemas de desigualdades que acarretam sua população. A dinâmica demográfica e o processo de especulação do capital financeiro-imobiliário são desafios para o planejamento urbano da cidade.

3.3 CARACTERÍSTICAS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ITAPERUNA

Atualmente, o Noroeste Fluminense concentra os maiores índices de pobreza do Estado. Por definição é uma das seis mesorregiões do estado do Rio de Janeiro sendo formada pela união de treze municípios agrupados em duas microrregiões:

(1) a microrregião “Itaperuna” é formada, além da própria Itaperuna, pelos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai;

(2) a Microrregião “Santo Antônio de Pádua”, formada pela própria Santo Antônio de Pádua, e pelos municípios de Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá. Ocupa uma área de 5.373.545 km², possui 327.872 habitantes, com um PIB de R\$ 3.187.280.092,00 e PIB per capita R\$ 8.850,15 (IBGE, 2007).

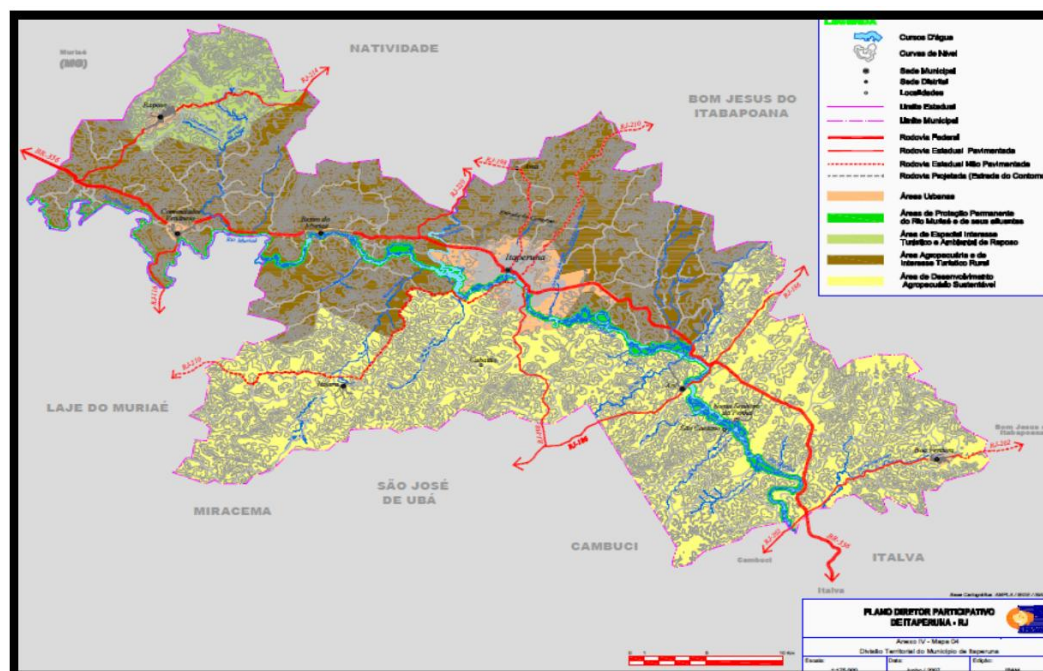


Figura 2 Divisão Territorial do Município de Itaperuna.
Fonte: Plano Diretor do Município de Itaperuna (2007).

De acordo com o Plano Diretor de 2007, artigo 36, o território municipal de Itaperuna possui uma delimitação político-administrativa, de suas características físico-geográficas, ambientais, econômicas e socioculturais. O mapa acima é parte integrante desta Lei e representa a Divisão Territorial do Município de Itaperuna, o que auxiliará na localização espacial dessa pesquisa.

O Sistema Firjan elaborou em 2015 os Retratos Regionais, disponibilizando informações sobre a região Noroeste Fluminense, dentre elas uma tabela sobre o PIB dessa região por setores econômicos. Podemos analisar que os municípios mais populosos destacam-se nas maiores posições em termos do PIB. Itaperuna contribui com R\$ 1,7 bilhões, enquanto Pádua com R\$ 655 mil e Bom Jesus do Itabapoana com R\$ 472 mil³¹.

A estrutura socioespacial da cidade de Itaperuna é complexa e dinâmica, marcada historicamente pela diferenciação econômica. Existem áreas mais urbanizadas, dotadas de melhores equipamentos e infraestrutura, enquanto outras são desprovidas de equipamentos e investimentos públicos, como veremos a seguir.

³¹ SISTEMA FIRJAN. **Retratos Regionais**: Anuário Econômico: Perfil Econômico Regional: Região Noroeste Fluminense. 6.ed. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. Disponível em: <www.firjan.org.br/economia>. 06 mar 2018.

Mas antes é preciso levantar algumas considerações sobre como determinadas áreas receberam benefícios e foram legitimadas socialmente para favorecer uma classe, o que ocasionou a criação de espaços tão desiguais. (ANEXO B: MAPA: DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA).

A partir de 1980, o capital médico influencia a espacialização na cidade (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p.67) com áreas destinadas a ocupação dessa classe, pois a saúde em Itaperuna passou a receber maiores investimentos do Governo do Estado, fato que levou a construção do Hospital São José do Avaí³², que na época seria uma obra para abrigar o Hospital Miguel Couto. Como consequência, a elite médica acaba por se estabelecer na cidade, ocupando áreas estratégicas para suas moradias, fato que contribuiu para fragmentar a cidade.

A intencionalidade que existe para a construção do espaço e que favorece uma atração sobre esse solo urbano, pode ser explicada pela sua boa localização, pela vista privilegiada, pela segurança, elitização, etc. Observa-se que a cidade de Itaperuna acompanha um grande trecho do Rio Muriaé e em determinados locais a vista é excepcional. Entretanto, o rio também causou graves problemas ao transbordar, fato que marcou os anos 1841, 1896, 1906, 1916, 1943 e 1947. Em 1979, o transbordamento se repetiu de forma bem drástica, desabrigando aproximadamente 20 mil pessoas, sendo decretado estado de calamidade pública pelo Prefeito Municipal, Orlando Tavares, através do Decreto n.3 de 03 de fevereiro de 1979³³. A partir disso, a elite médica buscou um local protegido dessas ações da natureza, levando-a a construir suas mansões no local conhecido atualmente como “Morro dos Médicos”. A classe médica influenciou bastante a cidade e atraiu investimento e infraestrutura ao seu redor. A medicina marcou a história da cidade desde a constituição da primeira Câmara Municipal em 1889, que era composta majoritariamente por vereadores republicanos, ainda no período Monárquico. O chefe municipal era o Dr. Costa Azevedo, médico e influente na cidade.

Concluídas as obras para construção dos edifícios públicos, o então Presidente da Província, Conselheiro José Bento de Araújo, por Decreto de

³² HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ. **Uma história de lutas e vitórias**. Disponível em: <<http://www.hsja.com.br/index.php/historico/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

³³ ITAPERUNA ONLINE. **Itaperuna: espaço físico e aspectos humanos**. Disponível em: <http://www.itaperunaonline.com.br/Portal/modulos/livrosetextos/o_desenv_de_um_municipio_dulce/parte_1/cap-02-3-01-enchente.htm>. Acesso em: 23 nov 2017

23 de março de 1889, designou o dia 10 de maio daquele ano, para ter lugar a eleição para composição da Câmara Municipal da nova Vila, encarregando, pelo mesmo Decreto, à Câmara de Campos a que este território pertencia, de fazer a eleição, proceder à sua apuração e dar posse aos vereadores eleitos. Constituída a primeira Câmara Municipal deste Município, em 4 de julho de 1889, verificou-se que a sua maioria era de vereadores republicanos, fato virgem nos anais da História do Brasil! Itaperuna, quase perdida no sertão, com a vitória da idéia republicana, em pleno regime monárquico, dava um claro e verdadeiro testemunho da consciência cívica de seu povo altivo e independente, e parecia indicar às outras comunidades o caminho por onde o povo brasileiro devia seguir para conquistar o governo do povo, para o povo e pelo povo. À frente da massa republicana, encontrava-se a figura ímpar do grande chefe municipal, Dr. Costa Azevedo, médico na Laje do Muriaé, o polarizador das mais sentidas aspirações dos itaperunenses daquela época.”(HENRIQUES, 1956).

Dessa forma, é possível perceber a influência da classe médica na política, fato que se repetiu na atualidade com a gestão do Prefeito e Médico Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Pinto. O bairro Niterói, que abriga o espaço conhecido e delimitado como “Morro dos Médicos”, ao concentrar parte da elite médica contribui para especulação sócio espacial na cidade, pois os valores imobiliários de terrenos e casas nessa localização são muito maiores do que em outros bairros, não sendo acessível para grande parte da população. Pereira Júnior (2015, p. 67) diz que “[...] esse loteamento será caracterizado por uma população de alta renda, com predomínio de médicos e agentes de saúde, migrante do entorno do Hospital São José do Avaí, e será concentrada em um bairro denominado “Morro dos Médicos [...]”. Além disto, o autor afirma que na cidade existem outros espaços de classe alta, como o que surgiu no bairro Cehab, com a transferência de moradores dotados de maiores recursos financeiros para esse local. Nele identificamos, atualmente, que é possível visualizar inúmeros casarões de telhados brancos, o que gerou uma “elitização embrionária”³⁴, conforme relata o autor, Pereira Júnior (2015, p. 68).

Entretanto, no território de Itaperuna também é possível encontrar espaços urbanizados caracterizados por acentuada pobreza, como o caso do Jardim Surubi, que permanece nessa situação ao longo dos anos, o que nos faz levantar questionamentos a essa situação, principalmente pelo fato da expansão urbana vizinha atrair enormes investimento. No Surubi, existem construções de casas e vias de circulação fora do padrão determinado na cidade e precariedade na oferta de serviços públicos, como coleta de lixo, rede de esgoto e pavimentação. Dessa

³⁴ Pereira Júnior (2015) utiliza essa expressão como forma de explicar o crescimento urbano e a transferência da elite para determinada área na cidade, fato que leva a estratificação social e local.

forma, o modo de produção da vida nesse território pode ser um fator determinante para o adoecimento de seus moradores.

Assim, é na produção dessa forma de aglomeração urbana deficiente que os grupos sociais excluídos se tornam agentes modeladores desse espaço o que gera uma resistência e sobrevivência às adversidades. Mas é preciso considerar que essa deficiência repercute na saúde da população, sendo um dever do Estado garantir a redução dos riscos de doenças, pois essa garantia é uma determinação constitucional e prevista na Lei 8.080 de 1990, em 3º artigo:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais³⁵

Segundo Pereira Júnior (2015), Itaperuna apresentou uma urbanização desenfreada, o que provocou em determinadas áreas um adensamento populacional. Com isso, surgiram bairros distantes do centro, como o bairro Vinhosa (ocupação Guaritá e São Mateus) e a Cidade Nova e Surubi, o que representou socialmente um processo de complexificação da estratificação social local. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p.68).

Para melhorar a condição humana, é preciso gerar inclusão social, adequar as políticas e programas ao contexto das pessoas. Dessa forma há maior proximidade entre as políticas e os setores excluídos da cidadania. O acesso a rede básica de serviços é fundamental, mas é preciso proporcionar melhores condições de vida, trabalho, oportunidades, capacitação e bem-estar para essas populações que convivem com fortes problemas urbanos e sociais.

Os segmentos de baixa renda que sem opção de moradia, acabam se instalando ou continuam a habitar nesses espaços marcados pela exclusão. Por esse motivo, Kowarick (2000) acredita ser o Estado o principal responsável por isso, ao investir em determinadas regiões que serão mais valorizadas, fator que cria diferenças no uso da terra. O autor rediscute o tema de cidadania e traz a noção de

³⁵ BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 12 abr 2018.

espoliação urbana como expressão de estratificação espacial de classe. Por espoliação urbana chegamos no cerne das desigualdades sociais, que além da carência de bens de consumo coletivo como moradia e transporte, também considera as práticas rotineiras, como ir e vir do trabalho, as filas para conseguir atendimento médico, além da falta de bens culturais. Segundo Kowarick (1983, p.22), “dada a fragilidade natural da sociedade civil, cabe ao Estado suprir suas deficiências”. Para Maricato, “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. (MARICATO, 2001, p. 51)

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que o urbanismo atua de forma distinta, estruturado a partir de classes sociais, sobretudo, a classe médica em Itaperuna. Para Villaça (2001, p. 142), “[...] *a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole [...]*”. Logo, outras classes dotadas de menores recursos financeiros crescem convivem com áreas vizinhas fechadas pelo poder econômico, fato que cria profundas diferenças sociais, inclusive de relacionamentos. Assim, dentro do mesmo bairro podem ocorrer espaços segregados que podem fazer a violência urbana aumentar.

Quando se fala em segregação socioespacial de um município é imprescindível um levantamento de alguns indicadores sociais dele, mas não deixando de observar as críticas na utilização de tais, pois as médias podem não retratar fielmente a realidade local. Para Jannuzzi (2002) apud Vieira (2005, p.60), “o IDH pode até ser um indicador sensível, mas não é claramente específico a efeitos de políticas sociais includentes e que atuem diretamente na questão da diminuição dos processos de segregação socioespacial e exclusão social”.

O Índice de Desenvolvimento Humano em Itaperuna (IDHM)³⁶ no ano de 2010 em Itaperuna foi de 0,730. Esse número representa um patamar de Desenvolvimento Humano elevado, se comparado ao Município de maior IDHM no

³⁶ Segundo o Atlas Brasil, a dimensão que mais contribui para o IDHM de Itaperuna foi a Longevidade, com índice de 0,837, seguida de Renda, com índice de 0,716, e de Educação, com índice de 0,649. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

país, que apresentou o índice 0,862, e no estado do Rio de Janeiro, a cidade com o maior índice foi de 0,761, conforme consulta ao Atlas Brasil.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Itaperuna - RJ			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,301	0,477	0,649
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	30,08	37,91	53,64
% de 5 a 6 anos na escola	53,83	88,57	95,91
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	35,43	62,04	82,52
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	17,78	40,78	55,81
% de 18 a 20 anos com médio completo	13,32	22,70	51,16
IDHM Longevidade	0,703	0,759	0,837
Esperança de vida ao nascer	67,15	70,54	75,24
IDHM Renda	0,630	0,670	0,716
Renda per capita	403,50	516,31	688,83

Figura 3. Índice de Desenvolvimento Humano em Itaperuna (IDHM)
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil³⁷ (2018).

Os dados apresentados acima nos auxiliam a identificar o perfil da cidade, que apresentou uma evolução nos índices de Educação, Longevidade e Renda entre 1991 a 2010. Percebemos que o índice do IDHM Educação a partir de 1991 cresceu, atingindo em 2010 aproximadamente o dobro.

De acordo com o IBGE, Itaperuna apresentou em 2015 um salário médio mensal de 2.2 salários mínimos. O Estado do Rio de Janeiro possui 92 cidades. Itaperuna ocupou a posição 83 dentre essas na classificação de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que representa uma margem de 31% da população vivendo em condições de pobreza.

Essa média do IDHM aparentemente revela uma boa qualidade de vida como a estatísticas de salário médio mensal. Ambas podem não apresentar a dinâmica da cidade e da desigualdade social existente. Por isso, a pesquisa de campo nos aproximará da realidade do território, com seus conflitos e diferenças sociais.

³⁷ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Itaperuna.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaperuna_rj>. Acesso em: 23 abr 2018.

3.4 ITAPERUNA E O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Em 2007 foi criado o Plano Diretor Participativo de Itaperuna como um instrumento de gestão e planejamento regional. A cidade para manter o seu funcionamento precisa de organização e controle, para proporcionar melhores condições de vida e convivência dentro dos seus limites urbanos. O Plano Diretor, enquanto lei municipal, é regido pelo Estatuto da Cidade, lei federal nº. 10.257/2001. Dentre os principais objetivos previstos pelo PDPI está o ordenamento do território municipal, o zoneamento e parâmetros para uso e ocupação do solo urbano.

O Plano Diretor (PD) tornou-se obrigatório para a parcela mais urbanizada dos municípios brasileiros, pelo Estatuto das Cidades, Lei Federal 10.257, promulgada em 2001. Sua inclusão na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade se deu sem o apoio das forças sociais que compunham o Movimento de Reforma Urbana. (MARCIATO, 2017, p. 47).

Promover uma cidade socialmente justa e equilibrada é uma diretriz que o planejamento municipal em consonância com as políticas federal e estadual almeja atingir através de suas ações. Segundo dispõe o PDPI no artigo quinto, inciso dois, busca-se realizar na cidade a prevalência da inclusão social, da redução das desigualdades, colocando o interesse coletivo sobre o individual. (Lei Municipal nº. 403/2007). Apesar desse objetivo estar previsto na lei, notadamente encontramos realidades bem diferentes em diversos bairros da cidade, que visam interesses particulares e contribuem para acirrar as desigualdades sociais. Há ainda no artigo 28, inciso primeiro, um objetivo referente a habitação no sentido de proporcionar a justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais.

A política urbana estabelece como função social da cidade, assim disposto no artigo 191, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Itaperuna, a garantia de acesso de todos os cidadãos aos bens e serviços urbanos, como moradia e condições de vida compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município. (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, 2011).

A partir desse ponto, a pesquisa de campo faz-se necessária para aproximar a realidade e compará-la com o que determina a legislação municipal e, se possível, chegar a conclusão sobre o cumprimento dessas diretrizes em prol do bem coletivo. Evidentemente, chegar nas camadas mais afastadas, mais excluídas, como no caso

do bairro Surubi, não será uma tarefa fácil, mas sem dúvida, enriquecerá essa pesquisa que trata de um tema tão delicado e limitado por diversas questões, dentre elas a violência, o medo de repercussões e penalidades políticas ou simplesmente o descaso e a falta de interesse com populações estigmatizadas.

A seguir, se encontra o MAPA DA SEDE, com as divisões por bairros na atualidade. De acordo com mapa, existem 21 bairros em Itaperuna com a seguinte nomenclatura: I. Aeroporto; II. Boa Fortuna; III. Caiçara; IV. Carulas; V. Cehab; VI. Centro; VII. Cidade Nova; VIII. Colibri; IX. Dom Carlos Alberto; X. Fiteiro; XI. Frigorífico; XII. Guaritá; XIII. Lions; XIV. Niterói; XV. Parde Humberto Lindelauf; XVI. Presidente Costa e Silva; XVII. São Francisco; XVIII. São Mateus; XIX. Ministro Sá Tinoco; XX. Surubi; XXI. Vinhosa. No entanto, essa divisão não é oficial, existindo apenas para delimitá-los. Uma importante contribuição foi a entrevista realizada com um funcionário ligado à Secretaria de Planejamento que explicou essa questão, que foi reproduzida a seguir:

Os bairros não têm uma divisão por lei, apesar de já ter passado por um Plano Diretor em 2007 e uma revisão em 2011 e em momento algum eles citam uma divisão dos bairros. Em 2013 a Secretaria de Obras colocou uma divisão dos bairros através de uma licitação do Lixo. A prefeitura sempre teve uma divisão, mas a de 2013 é a mais atual. E em algum desses momentos o bairro Jardim Surubi passou a ser chamar apenas de Surubi. (SERVIDOR MUNICIPAL)

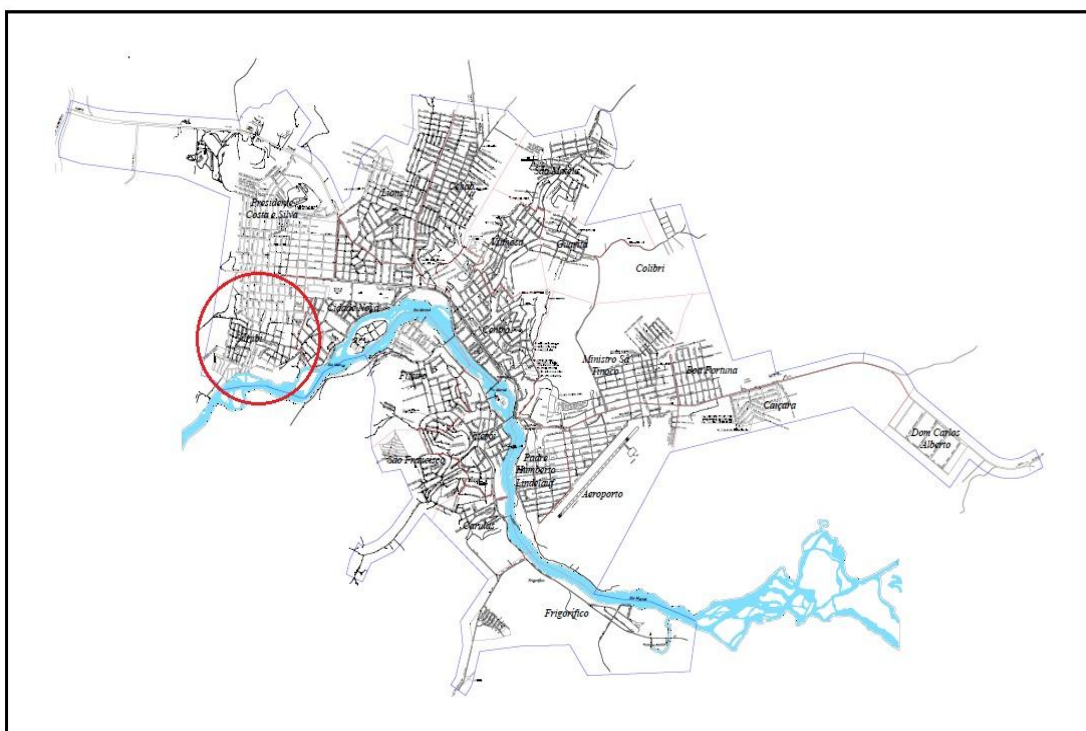


Figura 4. Mapa de Surubi, Itaperuna (demarcado).
 Fonte: Plano Diretor do Município de Itaperuna (2007)³⁸.



Figura 5. Mapa de Surubi, Itaperuna (demarcado): Imagens de Satélite
 Fonte: Google Earth (2018)

³⁸ ITAPERUNA (MUNICÍPIO). **Plano Diretor da cidade de Itaperuna**. Disponível em: <<http://www.itaperuna.rj.gov.br/?pg=planoDiretor>>. Acesso em: 21 abr 2018.

Ao considerar que o bairro Jardim Surubi não é reconhecido por lei e possui origem de ocupação ilegal, podemos a partir desse ponto, afirmar que existe segregação espacial nesse espaço, que pode ser justificado de acordo com Borja e Castells (1996), pois existe um protagonismo político assumido na cidade para dar resposta aos problemas urbanos. Um bom exemplo é o Projeto de Lei Complementar que versa sobre a revisão obrigatória do Plano Diretor, trazendo uma nova divisão territorial ao Município. No caso, a única alteração proposta para o formato atual dos bairros é a futura divisão do bairro Surubi em duas partes: a primeira que continuará denominada Surubi, mas com uma área mais reduzida; e a segunda que receberá o nome Maestro José Carlos Ligiero, homenagem ao maestro que contribuiu de forma expressiva com a música e cultura na cidade (ANEXO C: MAPA DA SEDE: ITAPERUNA).



Figura 6: Surubi: Área atual
Fonte: Plano Diretor do Município de Itaperuna (2007)³⁹.



Figura 7: Surubi: Projeto de Revisão do PDPI
Fonte: Plano Diretor do Município de Itaperuna (2007)⁴⁰.

O bairro Surubi é cortado pela Avenida Cory de Campos Pillar Filho, fazendo divisa com o bairro Presidente Costa e Silva e o bairro Cidade Nova. Nos mapas acima, essa divisão foi destacada por uma linha vermelha. Na primeira figura

³⁹ ITAPERUNA (MUNICÍPIO). **Plano Diretor da cidade de Itaperuna**. Disponível em: <<http://www.itaperuna.rj.gov.br/?pg=planoDiretor>>. Acesso em: 21 abr 2018.

⁴⁰ ITAPERUNA (MUNICÍPIO). **Plano Diretor da cidade de Itaperuna**. Disponível em: <<http://www.itaperuna.rj.gov.br/?pg=planoDiretor>>. Acesso em: 21 abr 2018.

podemos ter uma visão geral dos bairros na cidade. Em seguida, na figura 7, visualizamos num formato ampliado, o mapa do Surubi na atualidade. E ao lado, na figura 8, é apresentado o futuro mapa do Surubi de acordo com o Projeto de Revisão do PDPI que já se encontra em andamento para aprovação na Câmara dos Vereadores. A seguir, uma explicação obtida através da entrevista:

O bairro era muito maior, pegando a divisão da avenida Cory Pillar Filho, subindo à esquerda era tudo Surubi. Com a questão da divisão social que existe ali no bairro, algumas pessoas não assumem a identidade do bairro Surubi. (SERVIDOR MUNICIPAL)

Trata-se, portanto, de uma revisão que afirmará as diferenças de identidades, pois as articulações políticas e privadas visam privilegiar uma parcela da população, que irá receber uma melhor infraestrutura frente à valorização imobiliária e expansão urbana desse espaço. Maricato (2013, p. 18) diz que a apropriação da cidade é desigual, pois a destinação de fundos públicos depende da localização. Portanto, podemos concluir que a localização torna-se um negócio, e o objetivo de um negócio é gerar lucro.

4 PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS COM MORADORES

No capítulo 3, foi realizada uma abordagem histórica sobre o processo inicial de formação da cidade de Itaperuna. A partir disso, tornou-se imprescindível um levantamento histórico sobre a origem do bairro Jardim Surubi, para o seguimento deste trabalho. Entretanto, após percorrer a literatura referente a cidade e fontes públicas, como o arquivo municipal, não foi possível encontrar dados documentais sobre a questão. Fontes secundárias como entrevistas e relatos ajudaram a preencher a lacuna desse conhecimento. Fatos e acontecimentos que não foram documentados no tempo podem ser artificialmente reconstruídos para dar continuidade aos fenômenos observados. A história local é marcada por preconceitos, interesses e dificuldades que permanecem e crescem ao longo das gerações. No caso específico de Itaperuna, a carência de fontes limita o estudo do passado, que se perde pelo esquecimento. Redescobri-los através da história oral, prática comum entre os historiadores, pode nos levar a entender mais sobre o crescimento da cidade.

Neste sentido, a pesquisa teve como etapa a entrevista com um importante estudioso sobre a cidade de Itaperuna, o professor historiador Anízio Antônio Pirozi. Em suas pesquisas sobre Itaperuna, o entrevistado apontou que para entender o surgimento do bairro Surubi é preciso compreender a formação da cidade de Itaperuna a partir da criação e divisão da Fazenda Porto Alegre. A carência de registros oficiais nos reportam a história oral. Entretanto, é possível encontrar informações como, por exemplo, no registro vindo do governo, a mando do Vice-Rei, feito por um cartógrafo, Manoel do Couto Reis⁴¹, que subiu por Campos e veio até o

⁴¹ Para Couto Reis, a zona serrana do extremo norte fluminense começou a ser desbravado pela exploração do jacarandá. (LAMEGO, 1963, p.288).

rio Muriaé, passando por essa região e mapeando cada povoado, os seus costumes e o que eles faziam nessas terras. Esse registro vai muito além de uma análise topográfica, pois observa-se a população, o clima, a vegetação e as fazendas. Ele chamou essa região de Sertão do Jacarandá. Aqui constavam três fazendas. Livros locais começam em José de Lannes, mas há evidências que aqui já haviam habitações anteriores. Segundo Lamego (1963, p. 289), Itaperuna foi habitada por uma “penetração dupla de campistas e mineiros que as florestas mais setentrionais da Serra Fluminense começaram a ser invadidas”. O autor aponta que em 1846, José de Lanes fez doações de terras e, logo depois, em 30 de abril de 1849, foi criada a estrada de Campos ao sertão do Muriaé.

O entrevistado diz ainda que a Fazenda São Domingos é a mais antiga do que a Fazenda Porto Alegre. Nessa última era cultivado fumo, algodão, arroz, madeira e engenhos⁴². O café ainda não era o foco. A expansão do café em Itaperuna, de acordo com Lamego (1963, p.291) só começou a realizar-se em grande escala já quase no declínio do período imperial. A fazenda foi implantada ainda sob o regime escravocrata. Depois foi adquirida pelo Barão de Lorensal, homem muito rico. Ele era solteiro, não se casou oficialmente. Teve filhos com escrava. Entretanto, não podia reconhecê-los. Deixou a posse dessas terras para eles, pois representava pouco perante a sua fortuna. A mãe dos seus filhos como era uma mulher negra, foi excluída juridicamente da tutela desses bens quando ele faleceu. A justiça nomeou um inventariante para administrar esses bens, membro da família Monteiro de Barros. No inventário, que possui mais de duas mil páginas, foram cobradas as promissórias, dívidas supostamente contraídas pelo Barão. O inventariante precisou lotear a fazenda para pagá-las. O problema se agravou com as custas judiciais. O inventário é fechado em 1907. Os herdeiros nada podiam fazer, pois eram analfabetos e logo, foram expulsos das terras. Assim, parte da fazenda foi leiloada para pagar as dívidas, dando origem aos bairros e a propriedades menores. E essas pessoas que saíram sem nada, foram ocupando as redondezas, principalmente o morro. A crise de 29 trouxe um impacto muito forte para a região, que sofre as consequências no campo até hoje. Muitos imigrantes que aqui se instalaram por conta do café conseguiram se estabelecer e foram adquirindo

⁴² LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**: Edição da Divisão Cultural, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf>. Acesso em: 25 abr 2018.

terras. A cidade começa a ser zoneada a partir da fazenda e da igreja. Quem estava mais próxima à fazenda e da igreja fazia parte da elite. Quem estava mais distante da linha férrea, eram considerados pobres. Devido à crise no campo, o êxodo rural, fez com que a população sem recursos se instalasse irregularmente na periferia da cidade, como ocorreu no Surubi.

Na mesma perspectiva, conseguimos um relato importante sobre a formação do bairro, através da entrevista com o Assessor Executivo da Secretaria Municipal de Itaperuna, Sr. Florêncio Cândido da Silva, que trabalha na prefeitura desde 1973 e atualmente exerce a função de assessor. O funcionário foi indicado para entrevista por várias pessoas, pois é detentor de um profundo conhecimento sobre a cidade e sobre o bairro. Segundo o relato desse profissional o Bairro Surubi é uma extensão do bairro Cidade Nova. A cidade nova surgiu com a aprovação do primeiro mapa de terras da Fazenda Porto Alegre em 1947, dando origem ao Loteamento Cidade Nova. E daí foi expandindo fora do território da Fazenda Porto Alegre e formando o bairro Surubi, através de um processo de ocupação ilegal. Ele afirmou que por volta de 1973, ano que começou a trabalhar na Prefeitura, houve uma autorização municipal para realizar o cadastramento da área, pois as pessoas viviam ali sem pagar impostos, e partir disso, a prefeitura começou a recolhê-los.

O significado do bairro Jardim Surubi para a cidade é baseado em suas particularidades e imagem negativa, que se difere da visão dos demais bairros da cidade, porém é preciso salientar que tal fato ocorre com frequência em muitos municípios brasileiros marcados pelas desigualdades socioeconômicas e espaciais. A partir das reflexões que já foram tecidas, a questão norteadora dessa pesquisa sobre a segregação socioespacial no bairro Jardim Surubi é um elemento importante e será apresentada pela análise dos dados obtidos.

Desse questionamento central, derivam as questões complementares que serviram para conduzir a pesquisa a levantar os principais pontos que merecem ser tratados sobre a hipótese de segregação. Dentre elas:

- (I). Quais são os principais problemas que o bairro apresenta?
- (II). Como são as moradias? São regularizadas ou ilegais?
- (III). Como está o nível de emprego/desemprego entre os moradores?

(IV). As particularidades locais criam ou já criaram algum tipo de discriminação perante a cidade?

(V). Qual é a imagem do bairro para a cidade?

(VI). Há uma política clara para reduzir a desigualdade social no bairro?

Diante de tais suposições, vale aqui apresentar a contribuição que pretende esse trabalho, partindo da afirmação de Maricato (2003) que diz existir uma tolerância por parte dos governos municipais à produção ilegal do espaço urbano, numa lógica segundo a qual a gestão urbana não incorpora ao orçamento público a massa moradora da cidade ilegal. A partir desse ponto, surge o clientelismo político como forma de providenciar as ações para suprir algumas necessidades pontuais, principalmente durante os períodos pré-eleitorais.

As entrevistas ocorreram durante o período de janeiro a abril de 2018, sendo gravadas e transcritas, mantendo em sigilo e a identidade daqueles que temem sofrer algum tipo de penalidade política ou repressão local.

Um ponto relevante foi a contribuição de alguns entrevistados na indicação de novos participantes para a entrevista, o que nos levou a atingir mais rápido o “ponto de saturação”⁴³. Ao iniciar o campo, percebi que havia um muro simbólico no bairro, que configura numa espécie de isolamento para os moradores. Adentrar nessa impermeabilidade não foi tarefa fácil, pelo contrário, exigiu cautela, tempo e algumas medidas de segurança. Assim a técnica atendeu ao objetivo de conhecer mais sobre essa realidade específica. Iniciamos as entrevistas e obtivemos o seguinte perfil dos entrevistados:

⁴³ Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística¹ utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). Baldin e Munhoz (2011, p. 332).

PARTICIPANTE	PROFISSÃO	SEXO	IDADE	TEMPO DE FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1	Diretor Da Escola	Feminino	X	1 Ano	Ensino Superior
2	Enfermagem	Feminino	X	5 Anos	Ensino Superior
3	Servidor Público Municipal	Masculino	26	1 Ano	Ensino Superior Em Andamento
4	Bancário	Masculino	34	10 Anos	Ensino Superior
5	Bancário	Masculino	50	34 anos	Ensino Superior
6	Servidor Público Municipal	Masculino	82	1 anos	Ensino Superior

Quadro 1. Perfil 1: Profissionais não moradores

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

MORADOR	PROFISSÃO	SEXO	IDADE	TEMPO NO BAIRRO	FORMAÇÃO
1	Agente Comunitário de Saúde	Feminino	51 anos	51anos	Ensino Médio
2	Aposentado	Masculino	73 anos	16 anos	Ensino Fundamental
3	Zeladora	Feminino	55	27	Ensino Primário
4	Zeladora	Feminino	45	30	Ensino Médio
5	Pensionista	Feminino	78	22	Analfabeta
6	Do lar	Feminino	59	20	Analfabeta
7	Diarista	Feminino	28	28	Ensino Médio

Quadro 2. Perfil 2: Profissionais Moradores

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Dentre os entrevistados, foram escolhidos alguns profissionais não moradores, de diferentes locais ou áreas de atuação, mas que enriqueceram significativamente esse trabalho com sua experiência profissional e vivência, ressaltando a aceitação e disponibilidade em participar dessa pesquisa. Os entrevistados, que denominamos como participantes trabalham no bairro diretamente, com exceção dos bancários, pois estes tem uma ligação devido ao fato de morarem na divisa do bairro Cidade Nova e Surubi, o que agrega conhecimento sobre esse espaço, mas principalmente por trabalharem no setor de financiamento imobiliário na cidade.

Para estruturar o estudo do bairro Jardim Surubi, foi criado um roteiro de entrevista semi-dirigida (ANEXO A) para emoldurar uma série de questionamentos essenciais para a pesquisa, que seguiu preceitos da ética científica, através de autorizações para as gravações, além de garantir o anonimato dos participantes. A pesquisadora comprometeu-se a divulgar aos profissionais e moradores a pesquisa finalizada, para evitar qualquer dúvida ou questionamento futuro.

Primeiramente, a pesquisa seguiu alguns passos norteados pelo Professor Anísio, através de uma busca sobre os primeiros registros no arquivo municipal. A primeira dificuldade foi justamente nesse lugar, pois segundo os funcionários que trabalham no local, somente é possível encontrar algo mediante um número de processo, pois todo o arquivo está devidamente catalogado. A partir disso, começou-se então uma verdadeira busca de informações junto à Prefeitura, com a indicação de novos participantes.

4.1. PERCEPÇÕES SOBRE O MORAR NO JARDIM SURUBI

Diante do primeiro obstáculo, a carência dos documentos oficiais, partimos então na busca de informações com moradores do bairro, numa perspectiva de conhecer sobre como é morar no Surubi e se as pessoas que residem nesse espaço gostam de viver ali. Iniciando pela UBS Jardim Surubi. Foram realizadas 07 entrevistas com moradores e 06 entrevistas com não moradores, e seus relatos foram transcritos na íntegra.

O objetivo dessa entrevista foi levantar o perfil socioeconômico, há quanto tempo esse morador vive no bairro, como ele chegou ali, qual a relação com a vizinhança, como é a sua moradia, seu grau de formação, emprego e infraestrutura do local.

A análise dessas respostas permitiu levantar importantes considerações. Sobre como os primeiros moradores chegaram no bairro, vejamos:

Morador 3: “Foi muito difícil quando cheguei. A gente veio da roça. Mas o fazendeiro chutou a gente. A gente veio para cidade sem dinheiro. A gente era colono na fazenda. Lá tinha boi, meu marido cuidava de uma tulha grande. Criava galinha, porco. Aí o patrão cismou que não ia dar nada a gente. A gente deixou pra lá. Aí vim morar numa casinha emprestada”.

Morador 5: “Era só 1 cômodo a nossa casinha. Aqui não tinha nada, não tinha esgoto, não tinha água”.

Morador 6: “A minha casa é muito perto uma da outra. Como uma favelinha. O que eu mais gosto é acordar e ouvir a voz do vizinho, pois eu sei que nunca estou sozinha. Então a gente é como irmão. O que eu mais gosto é essa união da gente lá”.

Morador 4: “Ali na época onde é a favelinha do Claudão, era tudo morro, as pessoas para segurar terreno, cavavam buraco e dormiam dentro do buraco, para segurar o terreno”.

Participante 6: “Houve uma invasão, uma ocupação ilegal ali próximo ao Itapuã, da avenida até a beira do rio foi invasão. Da ponte do Itapuã, da entrada do Itapuã para cima, aquela parte ali foi tudo invasão”.



Figura 8. Vista do Bairro Surubi
Fonte: Elaborado pela Autora (2018)



Figura 9. Morador consertando buracos na rua.
Fonte: Itaperuna News⁴⁴ (2018).

O bairro recebeu muitas pessoas que saíram do campo em busca de uma vida melhor na cidade, devido ao êxodo rural. Entretanto, grande parte dessas pessoas chegaram sem recursos para se estabelecer na cidade. O êxodo rural está relacionado com a diminuição significativa da mão de obra do campo e a migração desses trabalhadores para a cidade. Considerando a conjuntura da crise de 1930 (Crise do Café), que trouxe prejuízos para a região Noroeste Fluminense, pois o Governo ordenou que fossem arrancados os pés de café que existiam na região, a pecuária de corte e a pecuária leiteira começaram a ser implantadas, mas não foram integradas ao complexo agroindustrial do Estado nesse momento. Isso justifica o alto índice de pobreza da região. (MARINHO, 2017). Tal processo organiza e reorganiza o espaço urbano, e a periferia recebe essa mão-de-obra desqualificada. Assim, se acredita que a situação precária da periferia hoje é resultado de uma herança de desigualdades, de acordo com Maricato (2013), fato que também marcou a cidade de Itaperuna.

Vale ressaltar que nas entrevistas ficou clara a situação de pobreza desses moradores quando chegaram no bairro, muitos se instalaram de forma ilegal, utilizando-se de ocupações de terrenos, vivendo em precárias condições de moradia; condições essas insalubres até hoje, pois esses moradores são

⁴⁴ ITAPERUNA NEWS. **Itaperuna:** morador tenta arrumar a própria rua no Surubi. Disponível em: <<http://itaperunanews.com.br/site/2017/01/19/itaperuna-morador-tenta-arrumar-a-propria-rua-no-surubi/>>. Acesso em: 25 abr 2018.

desprovidos de recursos financeiros. Ao adentrarmos na percepção do nível de empregos, nos deparamos com a informalidade, trabalhadores que não possuem carteira assinada. Sobre essa questão:

Morador 4: “as pessoas fazem bico. Muitos passam fome”.

Morador 1: “Aqui tem muito desemprego. As pessoas ficam esperando “o emprego”. A maioria é sem carteira assinada”.

Participante 4: Com relação a quem tem acesso a linhas de financiamento imobiliário, temos que observar que o segmento bancário possui normatizações que visam mitigar riscos de inadimplência, objetivando a concessão de crédito sustentável. Logo, clientes com rendas não passíveis de serem comprovadas formalmente terão mais dificuldades de terem um crédito aprovado.

Participante 5: “Trabalhadores informais no segmento financeiro nacional, tem maior dificuldade, pois é estritamente necessário adequar o financiamento à capacidade de pagamento do proponente, no caso da informalidade não é possível comprovar renda e atribuir margem de 30 % para a prestação mensal. Isso vale para todos os interessados, independentemente da localização do imóvel. O financiamento é do imóvel, porém quem define o valor a ser financiado é a capacidade do interessado na aquisição.

Participante 6: “Eu acho que tem uma grande parte desempregada”.

Como já mencionado anteriormente, o espaço urbano não surge de forma natural. Para Villaça (1998), o espaço urbano é produzido através da ação antrópica no espaço geográfico. De acordo com a renda, existe uma forte divisão na cidade, pois as camadas mais ricas, melhores remuneradas e que detém os melhores empregos se agrupam nos melhores locais. E para a maioria assalariada ou que vive de trabalhos informais, sem renda fixa e direitos garantidos, restará viver nos locais mais baratos, e isso dá origem ao que classificamos por estratificação social. Sem dúvidas essa é uma das faces da segregação social, pois com a divisão social e espacial do trabalho, a segregação residencial será uma consequência dessa desigualdade.

Por outro lado, cabe destacar a descoberta sobre a satisfação desses moradores em morar no local, embora todos os problemas apresentados e dificuldades latentes, muitos demonstraram apreços por suas residências e pelo bairro. Há um sentimento comum de apoio, amizade, reciprocidade e união. A sociabilidade é um recurso importante para a população que vive nestes bairros mais precarizados, por meio de uma rede de apoio, de vivência e partilha das dificuldades cotidianas.

Apesar de tantas necessidades, o bairro apresenta aspectos positivos. Nas entrevistas, os moradores apontaram que existe um projeto que atende crianças e adolescentes em situação de risco social. Trata-se de uma escola de música, na qual foi criada uma orquestra, denominada Orquestra Retocando, mantida pela Prefeitura Municipal de Itaperuna, através da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação. O projeto atende crianças carentes do bairro, fonte de orgulho para os moradores e com repercussão desses talentos a nível nacional, pois a Orquestra já se apresentou em diversas cidades.

Uma das respostas mais unânimes nas entrevistas foi a questão da “qualidade de vida”, sendo a falta de lazer dentre as principais queixas. Não há lazer no bairro. Existe um campinho, mas é particular. Apesar disso, foi possível constatar inúmeras igrejas, sendo a grande maioria evangélica. Elas promovem muitos eventos e ajudam a suprir as necessidades de famílias. Dessa forma, contribuem para certa movimentação e envolvimento entre os moradores, suprimindo os anseios de parte dessa população perante a ausência da municipalidade.

Maricato (2001) diz que a falta de lazer é promovida pela segregação urbana, assim como as menores oportunidades ao emprego formal. A exclusão social impede o acesso da periferia aos bens e serviços urbanos, ao contrário do que ocorre com que a classe maior remunerada.

4.2 A IMAGEM DO BAIRRO

De acordo com as falas dos entrevistados, a imagem do bairro é muito negativa para o restante da cidade. Surubi é apontado pelos mesmos como um espaço de apontado por sua pobreza, abandono, lugar marginalizado e violento.

Reafirmam, desta forma, o estigma de viver neste bairro, e o preconceito que sofrem ao apontarem o local de residência.

Evidentemente, a carência dos seus moradores é grande em diversos sentidos. As pessoas são vistas como faveladas, sem futuro. A partir da reflexão apontada pelo morador 01, que diz: “as pessoas olham para o Surubi com um certo descaso. Hoje não tanto, mas o Surubi teve uma época de muitas mortes, assassinatos por causa da questão de drogas, pois essa coisa é muito forte aqui”. Essa frase demonstra a negação da cidade para os problemas que nela existem, quando a consideramos como um organismo único. Entretanto, a periferia é vista como um espaço separado, sem importância. Como se fosse uma cidade paralela dentro da mesma cidade. Vejamos outros relatos:

Participante 1: “O Surubi é muito marginalizado. Quando eu estava para vir para cá, vários amigos falaram para não vir”.

Morador 4: “O pessoal pergunta: - Você é de onde? Eu falo, e a pessoa diz: - Deus me livre do Surubi. Aqui tinha e ainda tem uma fama. Aqui não é Cidade Nova, aqui é o Surubi, subúrbio de Itaperuna”.

Morador 3: “As pessoas têm preconceito com o lugar onde eu moro. O lugar onde moro tem apelido de Cachoeira do Macaco, dizem que é lugar de bandido e lugar só de maconheiro”.

Morador 7: “As pessoas que moram no Surubi, principalmente ali na favelinha, são vistos como favelados, sem futuro. As pessoas de fora veem ali como um lugar que não tem futuro. Tem muitas coisas erradas ali, mas tem muitas pessoas trabalhadoras, mas infelizmente a sociedade não vê isso”.

Chama a atenção nas entrevistas o fato de que as relações sociais desses moradores com residentes de outros bairros são marcadas pelo preconceito e discriminação. Isso parece dificultar até mesmo na hora de conseguir um emprego, pois criaram-se estereótipos de que os moradores do Surubi causam problemas, são envolvidos com drogas, etc. Há uma divisão por facções criminosas na cidade, sendo assim, moradores do Surubi evitam trafegar em áreas que não estão sob o comando da sua área. A tendência é se criar um muro, uma barreira de convivência. Esses moradores ultrapassariam “essa barreira” apenas para o trabalho. Dessa

forma, estaria configurada uma segregação geográfica pelo isolamento desses moradores.

4.3 A MORADIA

O ritmo desigual de crescimento da cidade impactou nas construções residenciais no bairro Surubi, que são em sua grande maioria simples, inacabadas, fora do padrão urbanístico. Os baixos níveis de renda dessa população propiciam uma moradia precária, pois não há recursos livres para investimento. Vejamos trechos das entrevistas a seguir:

Morador 01: “A gente se depara com muita coisa triste, que poderia ser melhorado em relação a residência. A gente fica meio frustrado. A gente tem um limite. Tem coisa que não dá para gente resolver. A gente vai e olha aquela pessoa e ela continua vivendo naquele estado, pois ela não tem outra condição”.

Morador 4: “Antes era muito difícil. Não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto. Agora tem isso tudo, mas o esgoto eles não arrumam. O esgoto está estourando dentro de casa. Rato andando dentro da casa da gente. Muito precário. Moro em frente ao valão, falta saneamento básico. O mau cheiro é terrível quando está calor”.

Morador 5: “Minha casa possui 1 quarto, 1 sala, 1 banheiro. Tem muitas goteiras”.

Morador 6: “Minha casa é humilde, tenho um fogão a lenha no quintal. Dentro da casa é tudo muito simples, precisa de reparos nas portas e no encontro do telhado. O quintal é muito sujo, porque meu esposo é catador de papelão”.

Morador 7: “A casa do Sr. Manel quando chove entra água dentro da casa dele. Agora fez até um ressalto, por causa da chuva que vem do morro”.

A alta vulnerabilidade desses moradores é devido às péssimas condições de moradias em que vivem, deficiência de saneamento e meios de subsistência insuficientes, deixando-os expostos a determinantes sociais que podem afetar tanto a saúde individual como a coletiva. Hábitos de consumo e higiene afetam o bem-estar, no sentido, por exemplo, de possíveis contaminações e desenvolvimento de doenças. A vulnerabilidade para Ayres (1999 apud GUARESCHI, 2007), “está na

falta ou na não condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável”. A vulnerabilidade social nos remete também à marginalização e violência, assim como a marcadores identitários (pobreza, raça, morador da periferia). Portanto, podemos concluir que a condição de vulnerabilidade é o reflexo da segregação.

Daí a importância de conhecer mais de perto o modo de vida e as condições de moradias dessas pessoas para criar um repertório de ações políticas que visem atenuar tais implicações. A seguir, serão apresentadas algumas fotografias da precariedade das moradias do bairro:



Figura 10. Fachada da casa na “Favelinha do Claudão”

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).



Figura 11. Esgoto próximo às casas

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

E foi a partir dessa pesquisa de campo, de permear nesse muro simbólico e ver de perto como as pessoas sobrevivem, podemos apontar que esse cenário tem como um dos fatores a falta de esforço estatal, pois a desigualdade social atinge patamares elevados, deixando na miserabilidade de inúmeros brasileiros. Esse fenômeno leva a uma incapacidade de resposta frente às mazelas do dia-dia. As imagens acima exemplificam as concepções de Milton Santos (2000) sobre a transformação do espaço em mercadoria. Logo, se determinado grupo não pode pagar por locais mais valorizados e dotados de maior infraestrutura, lhes restará a parte mais barata para sobrevivência.

4.4 ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

O que justifica os investimentos financeiros para transformação do espaço a ser construído ou reformulado são os interesses dos agentes envolvidos no processo. Sabendo que Itaperuna se expande em direção aos bairros Cidade Nova e Presidente Costa e Silva, sendo essa área de crescente valorização e especulação imobiliária, o anseio do setor privado em lucrar, deu origem a uma nova proposta de moradia. O Condomínio fechado é ofertado como objeto de exclusividade, com características arquitetônicas de contemporaneidade. Podemos observar na propaganda abaixo:



Figura 12. Surubi (em cor vermelha) Versus Condomínio (em cor azul).
Fonte: Google Earth (2018).



Figura 13. Anúncio do condomínio Bela Aurora em Itaperuna
Fonte: Chequer e Verdan Empreendimentos Imobiliários⁴⁵ (2018).

⁴⁵ MANIA DE SAÚDE. **Uma Nova e Bela Aurora para Itaperuna.** Disponível em: <<http://www.maniadesaude.com.br/materias/uma-nova-e-bela-aurora-para-itaperuna>>. Acesso em 27 fev 2018



Figura 14. Vista do Surubi no final da rua de terra Versus Condomínio Bela Aurora
Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Em geral, o processo que antecede a execução de projetos urbanísticos se dá pelo planejamento da cidade para receber investimentos. A produção do espaço é criada por empreendedores imobiliários e agentes públicos. Como observamos no anúncio acima, a localização desse empreendimento é responsável por atrair para si melhores equipamentos urbanos. Esse empreendimento, segundo a divisão atual dos bairros do município, estaria localizado no bairro Surubi. Devido a imagem negativa do Surubi perante a sociedade, tenta-se criar um estreitamento das relações sociais, para privilegiar uma classe com maior poder aquisitivo, para que o seu modo de viver possa se desenvolver numa vizinhança mais homogênea, ou seja, serão criadas práticas segregadoras para separar os diferentes.

Daí surge à expressão “urbanização desurbanizante” utilizada por Pádua (p.99, 2015), para dizer que a urbanização nega o urbano ao se criarem estruturas fortemente edificadas por um aparato de segurança fechado à cidade. Devido a esse discurso, esse condomínio não “merece” estar localizado no bairro inferior ao seu nível de investimento. Para isso, veremos mais adiante, a estratégia utilizada para atender essa demanda do consumidor e a proposta de alteração da nomenclatura e da área do bairro, iniciativa que faz parte do negócio urbano. Assim, os antigos moradores são empurrados para áreas cada vez mais distantes.

Dado o crescimento do bairro e os investimentos de alto padrão direcionados a este território, procuramos a Secretaria Municipal de Planejamento para maiores informações sobre o futuro do bairro Surubi. Depois de quatro visitas à Prefeitura, consegui agendar a entrevista com o um servidor municipal para esclarecimento de

nossas dúvidas. Ele revelou alguns pontos fundamentais. O primeiro deles é o fato da cidade não possuir uma divisão oficial dos bairros, apenas existe um reconhecimento deles. O segundo é que loteamentos antigos não tinham tantas exigências como hoje. O terceiro, que pode ser considerado a descoberta mais importante desse trabalho, é o fato de existir uma proposta de revisão do Plano Diretor que contempla a divisão do bairro Surubi em dois, sendo que a parte com nova nomenclatura seria para atender a uma classe mais abastada, inclusive, classe que já habita a área em torno do Condomínio Bela Aurora. Seguindo esse raciocínio, essa destinação de recursos não contemplará uma justiça social e territorial. Pelo contrário, conforme Carlos (2011), o capital é direcionado para dar lucro de forma seletiva. Como justificar a disparidade de preços dos terrenos, casas e aluguéis dentro de um mesmo bairro? Essa premissa é confirmada pela seguinte fala:

Morador 1: “Ali na favelinha eles negociam muito as moradias em torno de 6 mil, 10 mil. É um espaço que dê para construir uma casinha. Quem pode pagar, paga. Quem não pode, vai fazendo o que dá para sobreviver, até porque o custo de vida em Itaperuna é muito caro. Um aluguel de um barraco custa de cem a cento e cinquenta reais”.

Participante 4: “Quanto ao condomínio Bela Aurora, lembro-me que na época do seu lançamento, entre 2013 e 2014, os preços dos terrenos menos caros partiam de valores entre R\$200.000,00 e R\$250.000,00 (valores hoje muito comuns para terrenos em locais mais valorizados). [...] “Aos imóveis de valores elevados, obviamente, quem tem acesso são as pessoas com rendas mais altas”.

Participante 6: “Esse condomínio que foi implantado ali já é um melhoramento do bairro, porque antes era só casebres. Com esse condomínio vai surgir moradias melhores. Eu creio que esse condomínio atrair investimento”.

Morador 7: O aluguel ali é barato, pois é desvalorizado. Na faixa de 300 reais, 250 reais uma casa pequena. Uma casa que em outro bairro você pagaria 800, aqui você paga 400, ou seja, a metade do preço.

Participante 5: “Imóveis de alto padrão, e de especulação, com o intuito de valorização imobiliária, somente os mais favorecidos com recursos disponíveis tem acesso”.

O acesso aos serviços urbanos numa escala intraurbana segue um modelo de exclusão territorial, cuja urbanidade não é acessível a todos, pois de acordo com Rolnik (2011, p.13), o Estado regula a produção e expansão das cidades, delegando ao loteador privado a produção da urbanização. Criam-se leis, zoneamentos e planos urbanísticos para o mercado formal. Entretanto, a produção do espaço urbano junto ao mercado informal, com loteamentos que surgiram a partir de ocupações ilegais, como o caso do bairro Surubi, é viabilizado por ações clientelistas (ANEXO D: BAIRROS DA ÁREA URBANA SEDE MUNICIPAL: ITAPERUNA). Vejamos a seguir a fala dos moradores sobre o assunto:

Morador 2: “A realidade é que na minha rua, fizeram um asfalto há 16 anos e nunca mais mexeram em nada. No ano passado, o prefeito que assumiu mandou mexer, porque as redes estavam tudo entupida, mas não concertou o asfalto, não concertou nada, [...] o prefeito veio aqui e disse que isso ia ser prioridade e eu disse: - Vou votar em você! Reuni todo mundo, arranjei um monte de voto para ele. Nunca mais ele veio aqui. Só veio para pedir voto”.

Morador 4: Os políticos só lembram da gente na hora da eleição. Tem gente passando necessidade mesmo.

Morador 7: “Eu nasci aqui e continua a mesma coisa. Não melhorou em nada. Não cresceu em nada. Parou ali. Não cresce não, só parou. Na época de política, eles prometem o mundo. Promete que vai colocar asfalto, promete que vai tampar o esgoto da cachoeira, promete que vai fazer uma pracinha. Promete que vão colocar luz e não colocam. Não fazem muita coisa não, só prometem mesmo”.

É preciso salientar que tais ações clientelistas ocorrem em locais propícios para essas práticas, sendo comum no exercício do poder político. Para Raul (1999), os atores envolvidos acreditam que existem certa interdependência que justificaria a troca do suporte político por um bem público. Isso ocorre com frequência na periferia, pois troca-se votos por asfalto, calçamento, etc. Da mesma forma, mas em outras proporções, empreendedores ou cidadãos com alto poder aquisitivo atraem investimentos públicos em troca de apoio político.



Figura 15. Pavimentação (1)
Fonte: Elaborado pela Autora (2018).



Figura 16. Pavimentação (2)
Fonte: Elaborado pela Autora (2018).



Figura 17. Rua sem calçamento no bairro Surubi
Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

A figura 17 deixa bem claro a falta de infraestrutura urbana no bairro Surubi. As ruas da periferia em sua grande maioria demonstram o abandono em que os moradores se encontram. Falta saneamento básico, tratamento de esgoto, pavimentação, drenagem e transporte público. Sobre esse último, vejamos a opinião dos entrevistados:

Morador 1: “O serviço de transporte público não atende. É ruim. A passagem é muito cara. Por exemplo, na parte da favelinha e na parte mais alta não passa

ônibus. A pessoa paga e tem que se deslocar e andar trechos longos até chegar em casa. Idoso, deficientes fica difícil. Aqui só existe uma empresa, não tem concorrência. A cidade está largada. Muito buraco. Falta muita coisa. Às vezes começam uma obra e deixam sem terminar”.

Participante 2: “Aqui falta rede de esgoto. Algumas ruas são precárias, se chover a pessoa não tem como sair de casa. Tem muita pobreza. É um bairro muito carente”.

Participante 4: “Algo interessante é que a rua da entrada do condomínio Bela Aurora dá acesso há umas das regiões mais pobres da cidade, no bairro Surubi, sendo possível ver através dos muros suas grandes e belas casas, com toda segurança e infraestrutura desejável para se morar, mas, ao fundo, algumas casas do bairro Surubi - essas, na sua maioria, sem ao menos embolso, mas só no tijolo mesmo, além da falta de infraestrutura nas suas vias”.

Participante 6: “O Surubi precisa de diversos melhoramentos. É um bairro em crescimento. Lá foi construída recentemente uma Escola Municipal. É um bairro em crescimento. A maior dificuldade é o saneamento”.

Morador 7: “Falta tudo, esgoto. Ali perto da cachoeira o esgoto é aberto. Falta calçamento. Não temos nenhuma praça. Tem lugar que não tem luz na rua. Temos que andar muito pra chegar no ponto de ônibus”.

Dentro desse contexto, o Poder Público quer resolver o problema da desigualdade com o isolamento ainda maior, fixando os limites do Surubi para uma parte mais interior e afastada do bairro, que é a mais pobre e carente de recursos. Assim, a área em torno do condomínio Bela Aurora será beneficiada com a valorização imobiliária. Morar com qualidade de vida, segurança, facilidade de acesso é para um mercado consumidor mais restrito. Sobre esse público, extraímos da internet a entrevista realizada com os responsáveis pelo empreendimento, Dr. Sávio Verdan e o Sr. Wilson Chequer:

A concepção e execução do projeto foi pensando em pessoas, na qualidade de vida no dia a dia. Oferece segurança através da Portaria 24h e esporte e lazer com a ciclovia, pista para caminhada, praça com lago, salão de festas, playground, academia ao ar livre, quiosque para churrasco, quadra de tênis

e campo de futebol. Além de ruas amplas e com estacionamento para visitantes. (MANIA DE SAÚDE⁴⁶, 2014).

Interessante destacar que a qualidade de vida deveria ser proporcionada pela gestão urbana, uma vez que está prevista na legislação municipal a garantia de acesso a todos os cidadãos a bens e serviços públicos, como lazer e segurança. Assim, o processo de revisão do PDPI aprofundará as diferenças entre os grupos sociais do bairro Surubi a partir do momento que se reconhecer uma nova identidade para a área mais opulenta, fator irá transformar o espaço urbano, aprofundando a fragmentação e as diferenças.

4.5 A PERCEPÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência atualmente não se limita dentro das divisões dos espaços urbanos. Ela pode estar presente em qualquer esquina, seja o bairro nobre ou não. Mas isso ainda está relacionada às questões de pobreza e miserabilidade da periferia. É preciso uma coerência política nos espaços locais que adotem ações para reduzir os riscos sociais, devido à evolução da pobreza. Sobre esse assunto, analisaremos a seguir algumas falas dos entrevistados:

Morador 1: “A criança cresce nesse ambiente e vê que isso dá um certo lucro, pois vão ganhando um dinheirinho. Então a escola não dá dinheiro. Muito preferem ficar fazendo esse tipo de trabalho do que ir à escola. Então as crianças são influenciadas. Até porque os pais saem cedo de casa e só voltam a noite e as crianças ficam soltas”.

Morador 3: “Porque aonde eu vivo é cheio de boca de fumo. Eu criei meus filhos junto com os deles. Eu nunca vi aquilo como problema. Se eu preciso de um dinheiro emprestado, eu pego com ele. Se ele precisa de um gole de café, precisa de algo, ele vem na minha casa. Então eu convivo com eles”.

⁴⁶ MANIA DE SAÚDE. **Uma Nova e Bela Aurora para Itaperuna**. Disponível em: <<http://www.maniadesaude.com.br/materias/uma-nova-e-bela-aurora-para-itaperuna>>. Acesso em 27 fev 2018

Morador 2: “Quando mudei para cá, matava gente todo dia. Na minha porta, morreu um com foçada. Hoje está melhor, mas o consumo de drogas está uma vergonha. O tráfico deixa tudo sob controle”.

Morador 4: “A verdade é que a gente convive. A gente confia mais nos bandidos, porque são pessoas do próprio bairro, que você conhece, do que na polícia”.

Participante 1: “Os envolvidos com o tráfico, são os mais cerceados. Eles não passam da rodoviária. [...] O próprio tráfico dá um pouco dessa tranquilidade. Aqui não pode ter furtos, eles procuram saber com a gente”.

Consideramos relevante uma reflexão sobre alguns pontos obtidos na pesquisa em relação à violência. Sem dúvidas, o olhar do pesquisador através das impressões das falas dos participantes, permite encontrar a realidade da temática estudada.

As lacunas educacionais, de falta de formação profissional e oportunidades podem se relacionar às péssimas condições de vida e pobreza. É difícil que indivíduos que nasçam nesse meio tomem consciência do seu papel enquanto cidadãos e trabalhadores. Então, o tráfico de drogas pode assumir cedo a direção de alguns estudantes, que largam a escola para “lucrar” de uma forma mais rápida. Esse trabalho não pretende fazer nenhum tipo de juízo de valor ou defesa, apenas apontar essa realidade.

A falta de inclusão social dos moradores da periferia, no caso, dos moradores do Surubi com o restante da cidade gera um ciclo vicioso, que implica em baixa de oportunidades ou acesso desigual a elas, em prejuízo desses moradores. A partir dessa reflexão, analisamos o fato da violência urbana ameaçar a integridade física e patrimonial de toda cidade, pois tais práticas não são ocasionais ou individuais, pelo contrário, segundo Machado da Silva (2004, p.61), “a violência urbana representa um complexo de práticas hierarquicamente articuladas, ou seja, uma ordem social”. A violência urbana contribui para a fragmentação, sendo causada pela ausência do Estado ou pela má administração dos seus recursos. Podemos utilizar a noção de “sociabilidade violenta” para explicar que os moradores dessas áreas desfavorecidas são dominados pela ação de agentes sociais locais e acabam se acostumando a viver dentro dessa normalidade, muitas vezes às custas da “lei do silêncio”. Perante à ineficácia estatal, tal organização social ganha força para controlar seu território.

A análise de segregação socioespacial nos permitiu decifrar um fenômeno que foi obtido na pesquisa de campo. A imagem do bairro é marcada pela violência. Entretanto, faz parte do cotidiano desses moradores. Muitos, aceitam o tráfico, pois de acordo com os relatos, o mesmo trouxe controle social e tranquilidade, o que aponta para a complexidade desse fenômeno. Nesse contexto, o tráfico parece conseguir agir perante a ausência do Estado. Esse contraditório processo cria uma falsa ideia de segurança para os moradores. Dessa forma, encontramos o domínio da sociabilidade violenta nessas populações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos nesse estudo, à segregação socioespacial constitui um fenômeno urbano, possível de ser identificado em cidades médias, tal qual Itaperuna se identifica. O crescimento da cidade vem modificando a configuração espacial dos bairros, sobretudo, dos bairros Surubi, Cidade Nova e Presidente Costa e Silva. Existem fatores que geram fragmentação e isolamento da periferia, situação comprovada através do resultado dessa pesquisa sobre a produção do espaço urbano, onde há uma apropriação desigual influenciada por agentes e processo, escalas e interesses.

Os resultados da pesquisa realizada foram correlacionados à crise do café em 1930, que desencadeou um processo conhecido como êxodo rural. As pessoas vieram do campo, com poucos recursos, e se instalaram na periferia da cidade. Sem emprego e sem recursos, essa população avançou sobre as áreas mais afastadas através de ocupações ilegais no espaço conhecido como Jardim Surubi. Isso resultou em moradias precárias, péssimas condições de vida e falta de infraestrutura básica. Depois de muitos anos vivendo na ilegalidade, o Município finalmente autorizou o processo de cadastramento dessas residências, com o objetivo de arrecadação de impostos. Isso destinou algum tipo de investimento público, porém de forma lenta e sem planejamento.

Dentro desse contexto, verificaram-se ações clientelistas a fim de suprir as necessidades mais urgentes dessa população em troca de votos, principalmente em períodos eleitorais. A escassez de equipamentos urbanos e oportunidades aliadas ao abandono municipal e estatal fizeram desse bairro um lugar com enormes dificuldades para habitação. Através da análise das entrevistas realizadas, a imagem do bairro é entendida e classificada como precária, marginalizada, com muita

pobreza e carência, lugar de abandono, falta de saneamento, com destaque para violência.

Uma nova proposta de revisão do Plano Diretor Participativo de Itaperuna foi criada para legalizar finalmente os bairros, que até então não possuíam delimitação espacial, apenas reconhecimento. Percebemos que mais uma vez, instrumentos de gestão são criados e manipulados para atender interesses de uma classe dominante, como o projeto de divisão do bairro Surubi em duas partes, sendo que uma nova área receberá um nome para desligar-se da imagem da antiga nomenclatura.

A Administração Pública configura-se como facilitadora desse processo, fato que proporcionará maior lucratividade para o setor imobiliário, com alta valorização imobiliária. Crescimento, qualidade de vida, sofisticação e segurança são projetados para a classe mais abastada, o que reafirma a desigualdade social nesse espaço. Especialmente, analisando o caso do primeiro condomínio residencial horizontal, Bela Aurora, empreendimento criado para atender as expectativas da classe alta da cidade, que vive em contradição com as mazelas urbanas vizinhas. A partir disso, verificamos um cerceamento ainda maior da periferia. E o objetivo é afastar mais ainda essa população pobre e abandonada.

Os agentes públicos e privados justificam a alocação de recursos nessa área de expansão, em prol do desenvolvimento urbano, porém as ações não são baseadas em justiça social ou redução das desigualdades, pelo contrário, tais ações são incoerentes com a legislação municipal que tem como pressuposto o interesse coletivo acima do interesse individual. Isso desencadeia uma segregação ainda maior ao se reduzir o bairro para estreitar os limites da área mais carente, e que a princípio, não receberá os mesmos investimentos.

É preciso entender como os espaços urbanos e as suas transformações reafirmam as desigualdades no Brasil. Infelizmente, ao cercear a periferia, estamos condenando os seus moradores a continuarem na mesma condição de sobrevivência. Levar recursos e oportunidades para o bairro Surubi é uma garantia que deveria ser cumprida. A redução dos problemas sociais que afetam não apenas esse espaço, mas a sociedade de modo geral, principalmente em relação à violência, pode ser atenuada com Políticas Públicas e Planejamento coerente.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio**: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2009. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/ANA-PAULA-SERPA-NOGUEIRA-DE-ARRUDA.compressed.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Itaperuna**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaperuna_rj>. Acesso em: 23 abr 2018.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2012. p. 329-341. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 20 abr 2018.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**, Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>>. Acesso em: 23 abr 2018.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão – IPEA**, Brasília, n. 800, jul, 2001. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0800.pdf>. Acesso em: 23 abr 2018.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a08.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2018.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p.152-166, 1996. Disponível em: <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/85/1/IU006%20-%20Castells%20e%20Borja%20-%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.pdf>>. Acesso em: 23 abr 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **A miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 abr 2018.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 12 abr 2018.

BURIN, Jane Carla. As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2008, Erechim-RS. **Anais...** Erechim-RS: EDIFAPES, 2009. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/504.pdf>. Acesso em: 23 abr 2018.

CANETTIERI, Thiago; PEREIRA, Thiago; LIBERATO, Rita de Cássia. Uma contribuição para o entendimento da segregação urbana: exploração, dominação e valorização. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v. 4, n. 1, p. 3-13, 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2253-1440181933.pdf>>. Acesso em: 23 abr 2018.

CAMPOS FILHO, Antonio Claret; PAIVA, Luis Henrique. **Insights comportamentais e políticas de superação de pobreza**. Disponível em:

<[http://www.ipcundp.org/pub/port/PRB60PT Insights comportamentaispoliticasdesuperacaodapobreza.pdf](http://www.ipcundp.org/pub/port/PRB60PT%20Insights%20comportamentais%20politicadesuperacaodapobreza.pdf)>. Acesso em: 23 abr 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____ (org); SOUZA, Marcelo Lopes (org); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org).. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

_____. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/download/569/600>>. Acesso em: 23 abr 2018.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. . In: _____ (org); SOUZA, Marcelo Lopes (org); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 95-110.

_____. et al. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COLÓ, Eric Vellone. A Presença da teorização da Escola de Chicago observada em estudos empíricos selecionados. **Politiquese**, v. 8, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://politiquese.wordpress.com/2011/08>>. Acesso em: 23 abr 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org); SOUZA, Marcelo Lopes (org); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, José Luis Vianna da. Espaço social, ambiente construído e reprodução social. **Série UCAM-Região**, Campos dos Goytacazes, ano 3, n. 10, p.1-17, maio 2007.

_____. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, v. 9, n. 1, p. 43-50, 2010. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20070004/38>>. Acesso em: 23 abr 2018.

FELACIO, Rafael Matos et al. **A produção do espaço: segregação e diferenciação socioespacial na cidade de Criciúma - SC**. 2013. 163 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade de Santa Maria, Santa Maria –RS, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9380/FELACIO%2c%20RAFAEL%20MATOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 abr 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru-SP. **Anais...** Bauru-SP: UNESP, 2006. p. 1-20.

FURTADO, Celso. Estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: _____. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nacional, 1972. p. 89-122.
GAMA-RODRIGUES, Antonio Carlos da et al. Decomposição e liberação de nutrientes de resíduos culturais de plantas de cobertura em argissolo vermelho-

amarelo na Região Noroeste Fluminense (RJ). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa - MG, n. 31, p.1421-1428, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v31n6/19.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel (org); SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: EDUEFS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 2 abr 2018.

GUARESCHI, Neuza M. F. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 1, p. 20-30, 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 2 abr 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.159 p.

_____; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HENRIQUES, Major Porphírio. **A terra da promessa**: história de Itaperuna. Rio de Janeiro: Aurora, 1956.

HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ. **Uma história de lutas e vitórias**. Disponível em:<<http://www.hsja.com.br/index.php/historico/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf>. Acesso em: 29 out 2017.

INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA. **Inventários das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/10_faz_sao_domingos.pdf>. Acesso em: 23 abr 2018.

ITAPERUNA (MUNICÍPIO). CÂMARA DOS VEREADORES. Lei nº 403, de 27 de dezembro de 2007: Lei do Plano Diretor Participativo de Itaperuna/RJ. 2007. Disponível em: <<http://www.itaperuna.rj.gov.br/?pg=planoDiretor>>. Acesso em: 08 mar 2018.

_____. Lei Orgânica do Município de Itaperuna, de 27 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.itaperuna.rj.gov.br/lo/leiorganica.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

_____. **Plano Diretor da cidade de Itaperuna**. Disponível em: <<http://www.itaperuna.rj.gov.br/?pg=planoDiretor>>. Acesso em: 21 abr 2018.

ITAPERUNA NEWS. **Itaperuna**: morador tenta arrumar a própria rua no Surubi. Disponível em: <<http://itaperunanews.com.br/site/2017/01/19/itaperuna-morador-tenta-arrumar-a-propria-rua-no-surubi/>>. Acesso em: 25 abr 2018.

ITAPERUNA ONLINE. **Itaperuna**: espaço físico e aspectos humanos. Disponível em: <http://www.itaperunaonline.com.br/Portal/modulos/livrosetextos/o_desenv_de_um_municipio_dulce/parte_1/cap-02-3-01-enchente.htm>. Acesso em: 23 nov 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2001.

JORNAL O GLOBO. **Circuito Cultural Fazendas Históricas terá oficinas e música em Porciúncula, no RJ**: Evento será realizado na Praça da Estação Ferroviária, nos dias 6 e 7 de maio, das 17h às 23h. Entrada é gratuita. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/circuito-cultural-fazendas-historicas-tera-oficinas-e-musica-em-porciuncula-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 23 abr 2018.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**: Edição da Divisão Cultural, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf>. Acesso em: 25 abr 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa, PT: Ulisseia, 1972.

MANIA DE SAÚDE. **Uma Nova e Bela Aurora para Itaperuna**. Disponível em: <<http://www.maniadesaude.com.br/materias/uma-nova-e-bela-aurora-para-itaperuna>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

MARICATO, Ermínia. A bomba relógio das cidades brasileiras. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 3-7, 2001. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf>. Acesso em 27 fev 2018.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo. Atual. 1997.

_____. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo**: As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 27 fev 2018.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2017.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MARINHO, Isis. Processo de Regionalização do Noroeste Fluminense.**Revista Tamoios**, v. 13, n. 2, p. 78-93, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/30212/22585>>. Acesso em: 23 abr 2018.

MIZUBUTI, SATIE. O processo de urbanização na Região Noroeste Fluminense (RJ) pelo viés do estudo da população 1940-2000. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Observatório Geográfico da América Latina, 2006. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/34.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, ano 7, v.8, n.8, p. 129-153, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/108/99>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OCAMPO, José Antonio (org). **Globalização e desenvolvimento**. Brasília: CEPAL, 2002. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2727/2/S2002022_pt.pdf>.
Acesso em: 20 abr. 2018.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Espaço de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole**. Disponível em:
<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/32.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

PARADEDA, Joana de Mattos. **Megaeventos, reestruturação urbana e gentrificação**: o caso do Projeto Porto Maravilha-Rio de Janeiro. 2015. 370 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2015. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/JOANA_DE_MATTOS_PARADEDA.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: SIMMEL, George et. al. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p.29-72.

PEREIRA JÚNIOR, Arthur Rodrigues. **Itaperuna (RJ) no contexto regional no noroeste fluminense**: um movimento entre a centralidade e a descentralidade. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes – RJ, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/Artur-Rodrigues-Pereira-Junior.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
RAUL, Boschi Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana; comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento Econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, n. 89, p. 89-109, 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SANTOS, Cátia Pereira dos. Mudanças nas Relações Campo-Cidade no Município de Itaperuna-RJ. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Observatório Geográfico da América Latina, 2006. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/34.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares do. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 108, p. 183-190, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/13.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SANTOS, Rui Junio Fonseca; DURÕES, Rafaela Gonçalves da Silva. A formação urbana de Itaperuna (RJ) e suas implicações sobre o rio Muriaé. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANPUR, 2017. Disponível: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Soesoes_Tematicas/ST%207/ST%207.9/ST%207.9-10.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Jonas; et al. Uma reflexão dos impactos da favelização no Norte Fluminense. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 3., 2016, Campos dos Goytacazes-RJ. **Anais...** Campos dos Goytacazes-RJ: SNPD, 2017. p. 1-10. Disponível em: <<http://200.19.73.116/anais2/wp-content/uploads/2017/02/UMA-REFLEX%C3%83O-DOS-IMPACTOS-DA-FAVELIZA%C3%87%C3%83O-NO-NORTE-FLUMINENSE.pdf>>. Acesso em: 20 abr 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a04.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.), **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SISTEMA FIRJAN. **Retratos Regionais**: Anuário Econômico: Perfil Econômico Regional: Região Noroeste Fluminense. 6.ed. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. Disponível em: <www.firjan.org.br/economia>. 06 mar 2018.

SOGAME, Mauricio. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. **Geografares**, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://www.portaldepublicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/1144/857>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 22 abr 2018.

SOUZA, Paulo Marcelo de et al. Questão agrária e desenvolvimento econômico e social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. **Revista de Economia e Agronegócio**, Cuiabá - MT, v. 2, n. 3, p.383-408, jul, 2004. Disponível em: <<http://www.revistarea.ufv.br/index.php/rea/article/view/40>>. Acesso em: 22 abr 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **A produção do espaço urbano**: Escalas, desigualdades, diferenças e desigualdades socioespaciais. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**: A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE/RJ). **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado Rio de Janeiro 2013**: Itaperuna. Rio de Janeiro: TCE, 2014. Disponível em: <www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado Rio de Janeiro 2004**: Itaperuna. Rio de Janeiro: TCE, 2005. Disponível em:

<www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em: 23 abr. 2018.

TRINDADE JÚNIOR; Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, Redes e Territorialidades Urbanas. **Revista Território**, ano 3, n. 1, p. 5, 1998. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

UNICIDADES: REVISTA DO NOROESTE FLUMINENSE. Itaperuna, RJ: Editora Canal, Ano 1, set. 2008. Disponível em: <<https://www.omelhordobairro.com/itaperuna/anuncio/unicidades-revista-do-noroeste-fluminense-79961>>. Acesso em: 23 abr 2018.

VIGNOLLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In. CUNHA, José Marcos Pinto da. **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. cap. 4, p. 95.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_alexandre.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

ANEXO A. ROTEIRO DA ENTREVISTA

Essa pesquisa procurou reunir os principais pontos que merecem ser discutidos e tratados sobre a hipótese de segregação socioespacial no território Jardim Surubi, bairro da periferia da cidade de Itaperuna/RJ. A análise intraurbana será de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho, assim como as percepções dos moradores sobre morar nessa comunidade.

(I). ENTREVISTA COM MORADORES DO BAIRRO:

1.1. Sobre o entrevistado:

- (a). Sexo
- (b). Idade
- (c). Escolaridade
- (d). Profissão
- (e). Renda
- (f). Estado Civil
- (g). Utiliza qual meio de transporte
- (h). Possui celular, internet, TV.

1.2. O entrevistado e o bairro:

- (a). Tempo de residência no bairro
- (b). Gosta de morar?
- (c). O que falta no bairro?
- (d). O bairro é seguro?

- (e). O que o bairro oferece de bom?
- (f). Gostaria de mudar? Para qual bairro? Por que?
- (g). Já sofreu algum tipo de preconceito?

1.3. Sobre a moradia:

- (a). Quantas pessoas moram na casa
- (b). Quantos cômodos tem a casa
- (c). Casa própria, alugada, familiar;
- (d). Água, luz, esgoto, coleta de lixo, pavimentação?

1.4. Qual sua frequência em:

- (a). UBS? Qual atendimento mais procura?
- (b). Igreja
- (c). Comércio
- (d). Lazer
- (e). Outras

1.5. Você considera o bairro como Pobre e Violento? Qual a sua imagem do bairro?

(II). ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E ACS QUE TRABALHAM NA UBS E COM REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:

2.1. Dados Pessoais

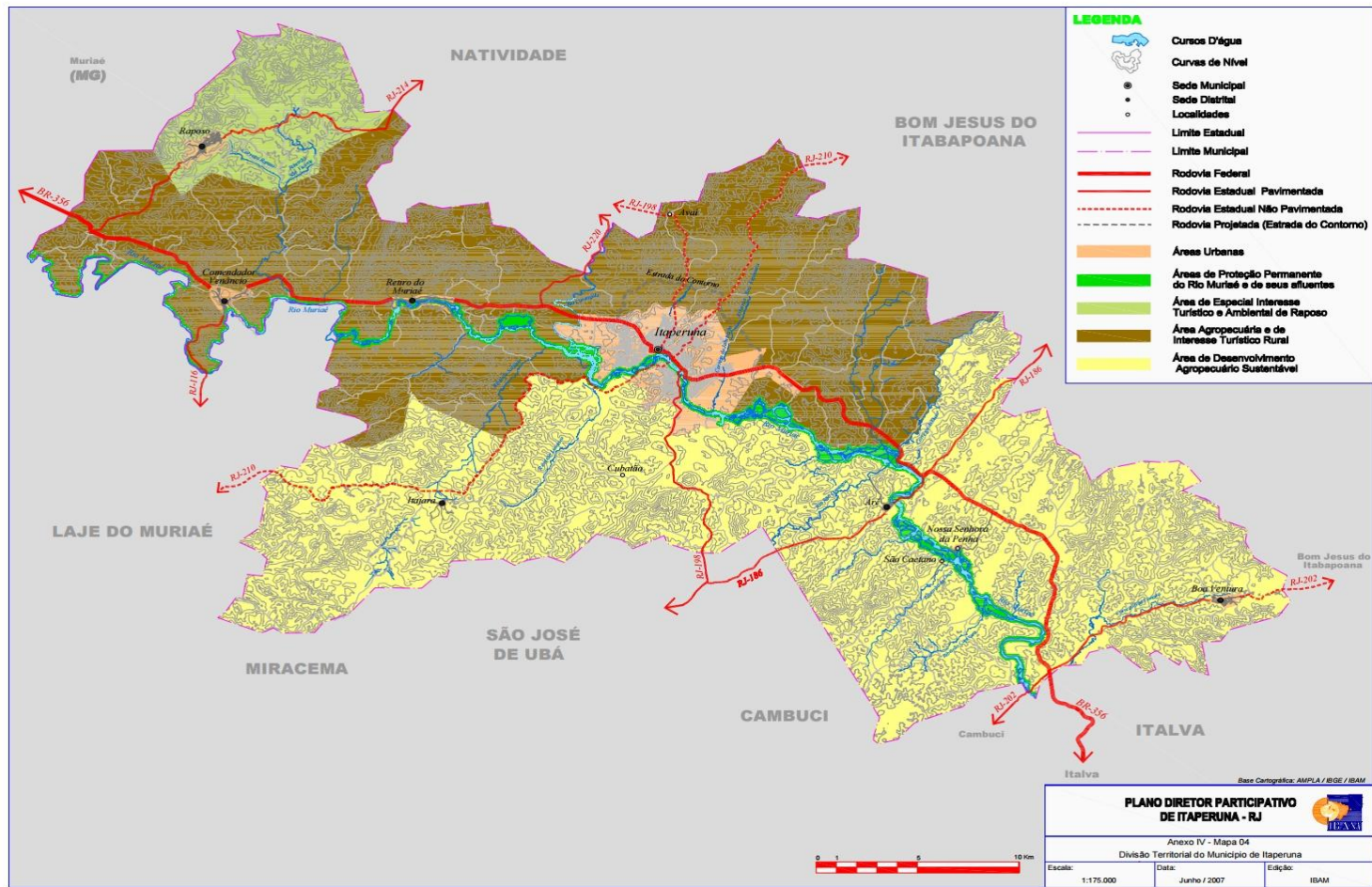
- (a). Sexo
- (b). Idade

- (c). Profissão
- (d). Há quanto tempo trabalha no bairro
- (e). Quais as dificuldades que observa
- (f). O que poderia melhorar no bairro
- (g). Você considera o bairro como Pobre e Violento? Qual a sua imagem do bairro?

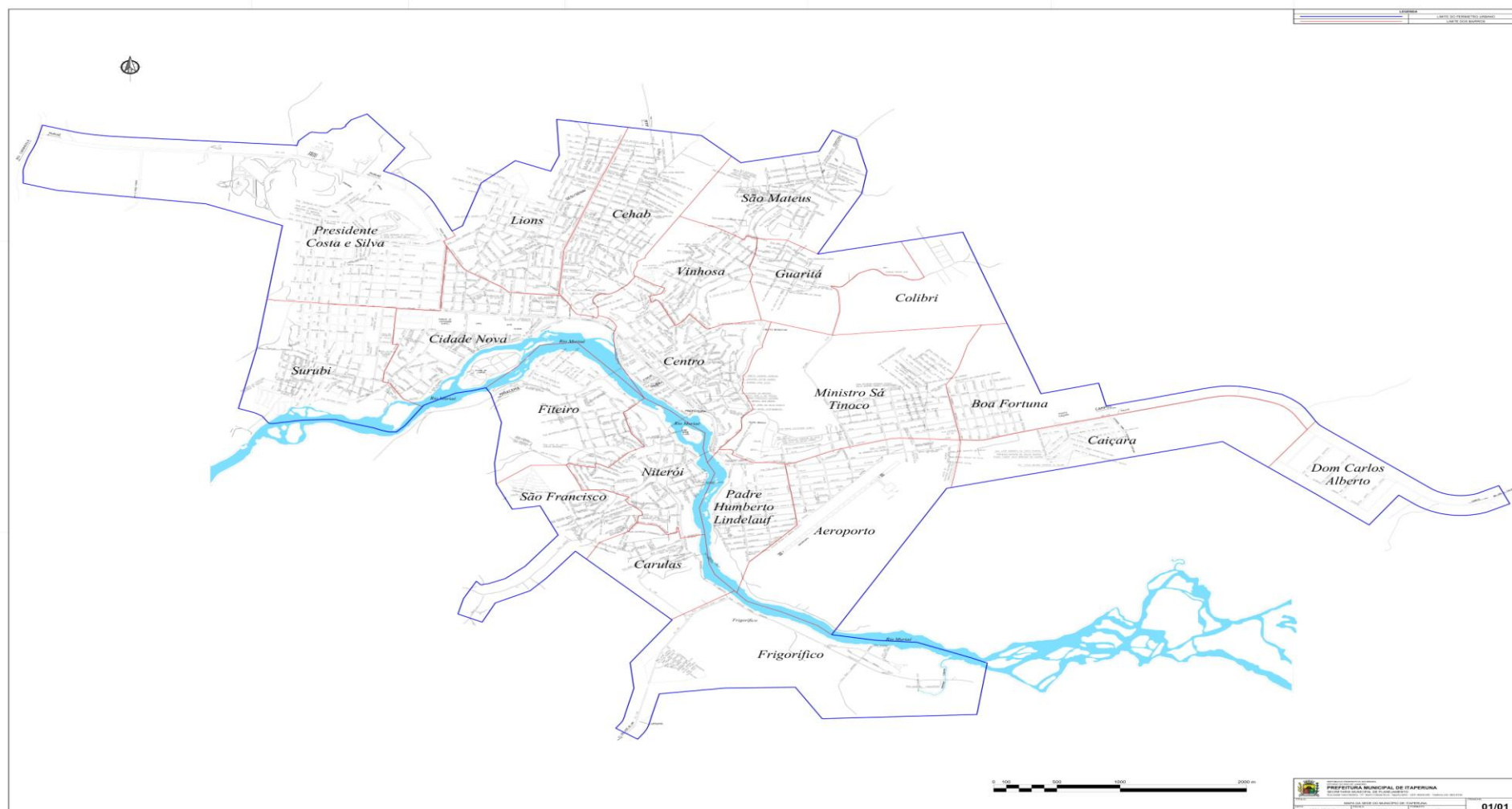
2.2. Entrevista com Agentes Municipais

- (a). Sexo
- (b). Idade
- (c). Profissão
- (d). Qual critério para aplicação de recursos no bairro?
- (e). Quais são as obras recentes que foram ou estão sendo finalizadas?
- (f). Qual a necessidade do bairro?
- (g). Existe algum projeto para o bairro?
- (h). No site da prefeitura existe uma lista de praças urbanizadas e constam 2 no bairro que não existe. Qual a sua opinião sobre isso?
- (i). Qual a sua imagem sobre o bairro?
- (j). Como diminuir a pobreza e violência no bairro?

ANEXO B. DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA



ANEXO C. MAPA DA SEDE: ITAPERUNA



ANEXO D. BAIRROS DA ÁREA URBANA DA SEDE MUNICIPAL: ITAPERUNA

